N.º 07/2025 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZOITO DE JUNHO DE
DOIS MIL E VINTE E CINCO
Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Vila Nova
de Famalicão, reuniu ordinariamente, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste
concelho, com a seguinte:
ORDEM DE TRABALHOS
PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)
SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA
MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE VILA NOVA
DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA
E)
TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF DO
VALE DO ESTE, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL
EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º
1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS
TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)
QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - UCSP
RUIVÃES/LANDIM, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL
EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º
1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS
TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA (GRELHA E)

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO: MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS E NOVA DESIGNAÇÃO PARA PENTÁGONO URBANO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA U) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.°, DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.°, DO N.º 1, DO ARTIGO 108.° E DO N.° 3 DO ARTIGO 109.° DA LEI N.° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) --------SEXTO PONTO - INFORMAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE (ULS) DO MÉDIO AVE E CESPU C.R.L – ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, CONSIDERANDO A "AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA" APROVADA POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO, AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2025. (GRELHA E)---------SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DA COOPERATIVA DE ENSINO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A TRANSMISSÃO DOS TÍTULOS DE CAPITAL DETIDOS PELO MUNICÍPIO – CORRESPONDENTES A TÍTULOS NOMINATIVOS, PELO VALOR UNITÁRIO DE 25,00€, PERFAZENDO O VALOR TOTAL DE 2.000,00€ (DOIS MIL EUROS) – A FAVOR DA COOPERATIVA DE ENSINO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, C.R.L. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Susana
Patrícia Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de
"quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:
ADELINO SILVA COSTA
ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES
ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO
ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO FALTA JUSTIFICADA
ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA
ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL
ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA
ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA
ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES
ARMINDO FERNANDES GOMES
ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA
AVELINO FREITAS SILVA
BERNARDINO GOMES MARTINS
BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA
BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO
CARLA PATRÍCIA RODRIGUES VIEIRA
CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES
CARLOS ALBERTO COSTA GOMES
CARLOS ALBERTO NUNES AZEVEDO
CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE
CARMEM RODRIGUES ARAÚJO
CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS

CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO FALTA JUSTIFICADA
DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO
DANIELA FILIPA MACHADO TORRES
DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA
ELISABETE SOFIA PEREIRA CARVALHO
FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO
FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA
FRANCISCO RODRIGUES SÁFALTA JUSTIFICADA
GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO
JOANA GOMES FERNANDES
JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO
JOÃO SÉRGIO ALMEIDA PINTO
JOAQUIM MARTINHO DA COSTA TEIXEIRA
JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA
JOSÉ CARLOS SILVA LIMA
JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO FALTA JUSTIFICADA
JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA
JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES FALTA JUSTIFICADA
JOSÉ MANUEL CRUZ VALE
JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRAFALTA JUSTIFICADA
JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA
LAURINDA DA COSTA MACIEL
LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA
LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO
LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA

LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA
MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA
MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA
MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO
MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA
MANUEL LIMA SOARES
MANUEL NOVAIS OLIVEIRA
MANUEL SILVA ALVES
MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA
MARTA ISABEL MARTINS DA SILVA E SÁ
MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA
PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO
PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO
PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA
PEDRO JORGE SOUSA SANTOS
RICARDO GABRIEL MENDES VALE
RICARDO MANUEL CAMPOS RIBEIRO
RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA
RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS
RUI PEDRO PACHECO ALVES
SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA
TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA
Verificado o quórum deu-se início à sessão:
ANTEC DA ODDEM DO DIA

О	SENHOR	PRESIDENTE	DA	ASSEMBLEIA	MUNICIPAL,	JOÃO
NAS	CIMENTO -	- Aproveito para s	saudar	o novo vereador,	, Dr. David Carva	ılho. Seja
bem-	vindo, desta v	vez, a este lado da	Casa			
Va	mos começai	no período Antes	s da O	rdem do Dia por	aprovar as atas q	ue foram
remet	idas às Senh	oras e Senhores D	eputac	los e Presidentes	de Junta via ema	il durante
estes	últimos dias.	Como tal, presumo	o que t	odos tenham tido	tempo de analisar	o teor das
mesm	nas					
Sei	ndo assim, co	locarei à votação a	aprova	ação da ata de 20 d	de setembro de 202	24, sessão
ordin	ária					
		AÇÃO A ATA DO				
VINT	E E QUATR	RO, FOI A MESM	A APK	ROVADA POR U	NANIMIDADE	
Ata	a de 27 de set	embro de 2024, se	ssão ex	ktraordinária		
	_	 AÇÃO A ATA DO				
		QUATRO, FOI A				
		ezembro de 2024,				
PO	STA À VOT	AÇÃO A ATA DO) DIA	VINTE DE DEZ	EMBRO DE DOI	S MIL E
VINT	E E QUATR	RO, FOI A MESM	A APR	ROVADA POR U	NANIMIDADE	
		ata de 21 de dez		-	,	
dezen	nbro 2024					

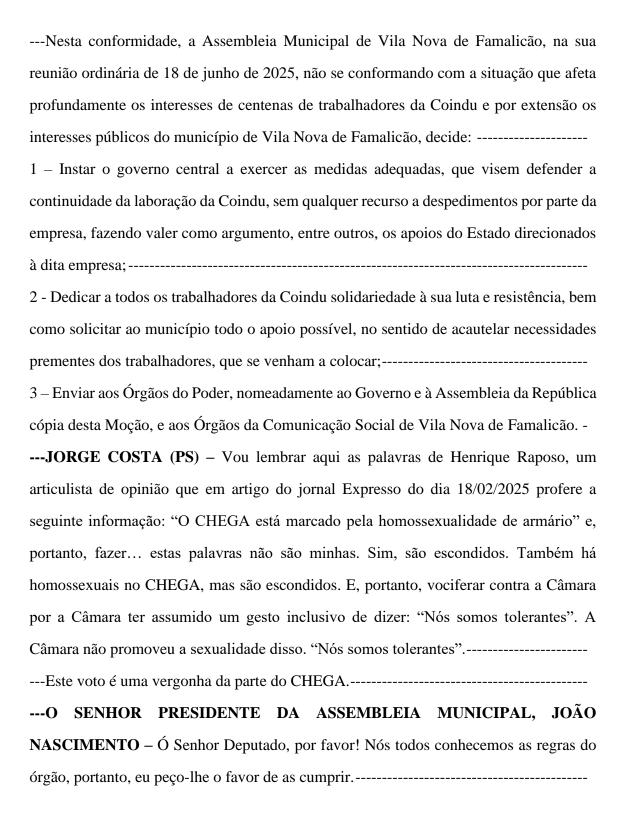
POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO,
CONTINUAÇÃO DA DE VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
QUATRO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE
O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO
NASCIMENTO – Informo que relativamente às atas de 2024 está em falta a aprovação
a ata da sessão do dia 29 de novembro que por dificuldades técnicas ainda não está
terminada, mas será aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal
Continuando no período do Antes da Ordem do Dia, deram entrada na Mesa dois Votos
do Chega, um voto de protesto pela projeção das cores "Arco Iris" da organização
LGBTQI nos Paços do Concelho. E um voto de protesto pelo discurso de Marcelo Rebelo
de Sousa, Presidente da República Portuguesa, no dia 10 de junho, dia de Portugal. Um
voto de congratulação do Partido Socialista, congratulando as três mulheres famalicenses
eleitas pelo círculo eleitoral de Braga nas últimas eleições legislativas. E uma Moção da
CDU, sobre a dramática situação dos trabalhadores famalicenses da Coindu
Por esta ordem iremos passar então à apresentação dos votos. Tem a palavra o Senhor
Deputado do Chega, João Pedro Castro, para apresentar os seus votos
JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – VOTO DE PROTESTO PELA PROJEÇÃO
DAS CORES "ARCO IRIS" DA ORGANIZAÇÃO LGBTQI NOS PAÇOS DO
CONCELHO
Isto é muito mais que um voto de protesto. É uma tremenda censura à Câmara
Municipal por ter cedido a estes caprichos da extrema esquerda

No passado dia 17 e 18 de maio, a câmara de Famalicão decidiu, de forma imprópria,
projetar no edifício dos Paços do concelho as cores do arco-íris, de forma a demonstrar o
apoio à comunidade LGBTQIAP+
Os direitos de personalidade, as opções de vida tomadas em consciência, as
preferências de cada um, estão na esfera jurídica do individuo enquanto tal e não podem
ser questionadas ou censuradas
Em Portugal, os direitos LGBT são extensivos e protegidos por lei, incluindo a garantia
da igualdade e não discriminação em diversos aspetos, como o casamento, adoção,
emprego, e outras áreas. A legislação portuguesa reconhece e protege a identidade e
expressão de género, além de consagrar o direito à autodeterminação da identidade de
género
As minorias são como as maiorias. Todos tem, segundo o Artigo 13º da Constituição
da República (Princípio da igualdade) os mesmos direitos e as mesmas obrigações
Contudo, é preciso ter em conta que as orientações destes grupos minoritários, feitas em
liberdade, não podem ser um fator de imposição a toda uma população que na sua maioria
não se revê nestes movimentos. A apologia, ou a exaltação de comportamentos
alternativos não constitui tarefa da administração publica, porque correm o risco de
ofenderem os princípios basilares da democracia
A inclusão faz-se através da educação e da sensibilização de crianças, jovens e adultos
de que a sociedade é diversa, mas que há pontos de referência que não podem ser
ofendidos por meros caprichos
O município, liderado por Mário Passos, resolveu abrir uma "Caixa de Pandora", que
terá no futuro consequências imprevisíveis
A Câmara Municipal deve manter-se neutra e empenhada em resolver os problemas
reais dos famalicenses, nomeadamente a falta de apoio à família tradicional, o acesso à

habitação condigna, a qualidade da educação e do sistema de saúde, a segurança nas ruas, o combate à pobreza, à solidão dos idosos, aos salários miseráveis e à carga fiscal sufocante. É nestas bandeiras sociais prioritárias que uma autarquia responsável deve concentrar a sua ação, e não em gestos simbólicos de tacticismo político lamentável que promovem agendas que não representam a maioria da população. O nosso compromisso é com a dignidade humana, com a defesa da ordem natural das coisas e com a luta contra qualquer forma de instrumentalização ideológica por parte das instituições públicas. Famalição precisa de soluções reais, não de bandeiras de ocasião.--------QUEIRA ESTA ASSEMBLEIA APROVAR ESTE VOTO DE PROTESTO! --------JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – VOTO DE PROTESTO PELO DISCURSO DE MARCELO REBELO DE SOUSA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, NO DIA 10 DE JUNHO, DIA DE PORTUGAL --------No dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, proferiu um discurso repugnante, antipatriota, notoriamente descartável, de uma inutilidade de ideias e critérios carregados de imprecisões, num palanque absurdo, confuso, insensato e perigosamente hostil.--------Na sua infeliz intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa, não celebrou a portugalidade e os portugueses, ao invés, admoestou a história de Portugal, promoveu a dissecção nacional através de conceitos nunca propalados na política nacional e argumentou com fatos históricos descontextualizados.--------Portugal e os portugueses têm muitas origens e muitas cores, mas tem essencialmente um conjunto de valores comuns que partilhamos com o universo e que nos distingue de todos os outros.--------Olvidou-se que, até o antigo regime, da qual fez parte ativa, já se dizia que Portugal vai do Minho a Timor. Somos, de facto, muitas raças, mas uma só nação. ------

O 10 de junho é um feriado nacional, civil, presidido pelo Presidente da República.
Este dia presta homenagem a Portugal, aos portugueses, à cultura lusófona e à presença
portuguesa por todo o mundo
A história e identidade de um povo constrói-se através dos tempos. A nossa história é
rica e complexa. Ergueu-se e expandiu-se pelo mar criando um império global, passou
por diversas fases políticas sociais e económicas, culminando no atual Portugal
O nosso património, o nosso legado não pode ser ofendido gratuitamente, seja de quem
for, muito menos pela primeira figura do Estado
QUEIRA ESTA ASSEMBLEIA APROVAR ESTE VOTO DE PROTESTO!
LUÍS MIRANDA (PS) – VOTO DE CONGRATULAÇÃO ÀS TRÊS MULHERES
FAMALICENSES ELEITAS DEPUTADAS PELO CÍRCULO ELEITORAL DE
BRAGA, CONCRETAMENTE, AS SENHORAS SANDRA LOPES, SOFIA
FERNANDES E LINA PINHEIRO
O Grupo Municipal do Partido Socialista, na senda do recente resultado das Eleições
Legislativas de 2025, vem, pelo presente voto, congratular as três mulheres famalicenses
eleitas Deputadas pelo círculo eleitoral de Braga, concretamente, as Senhoras Sandra
Lopes, Sofia Fernandes e Lina Pinheiro
Não obstante o nosso Município passar a ter três deputadas famalicenses no exercício
de funções na Casa da Democracia da República Portuguesa, somos, também, a
congratular o feito político de termos eleito três mulheres famalicenses para o
desempenho destas nobres funções políticas
Atendendo a esta circunstância, o Grupo Municipal do Partido Socialista enaltece e
valoriza a figura da Mulher e o seu papel cada vez mais preponderante e interventivo na
participação cívica e política na nossa sociedade famalicense e portuguesa

Às três senhoras famalicenses eleitas Deputadas, o Grupo Municipal do Partido
Socialista augura os maiores sucessos políticos e cívicos na esteira da representação da
comunidade famalicense e dos seus superiores interesses e direitos
Em razão do exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a
Assembleia Municipal aprove o presente Voto de Congratulação
DANIEL SAMPAIO (CDU) – A DRAMÁTICA SITUAÇÃO DOS
TRABALHADORES FAMALICENSES DA COINDU
A CDU acompanha muito de perto a alarmante situação de mais uma empresa a laborar
no concelho de Famalicão, a Coindu, que enfrenta uma situação de difícil saída, com
reflexo agravado numa ainda mais difícil situação para centenas de trabalhadores que nela
trabalham e que dela dependem para fazerem face às suas vidas
Não se tendo ainda apagado da nossa memória o recente encerramento da unidade
industrial da Coindu de Arcos de Valdevez, heis que, agora, enfrentamos mais uma
situação preocupante e que põe em risco interesses legítimos de centenas de trabalhadores
que vivem e trabalham em Famalicão, para além de afetar o interesse do município no
seu tecido económico
Procurar razões para se compreender o que está a acontecer a muitas empresas e a
milhares de postos de trabalho de famalicenses é importante, mas não menos importante
é 'pormos o dedo na ferida' em razão do comportamento dos apelidados 'mercados', que,
no momento, atuam sem qualquer sentido e põem em causa o tão apregoado livre
comércio, sempre que o mesmo não corresponda aos seus interesses dominantes
A Economia Global não pode - não é legítimo - tornar-se numa panaceia para os
interesses hegemónicos das grandes potências económicas, através de imposição de
tarifas que afetam as pequenas economias, como é o caso do nosso país



---JORGE COSTA (PS) – É claro que o CHEGA nisto... não é de estranhar este comportamento do CHEGA, porque uma das pessoas que o CHEGA convidou para o Congresso de 2023 daquele partido foi Claudiu Tarziu, romeno, que profere recorrentemente a afirmação de que os homossexuais são uma aberração. Portanto, o CHEGA comunga, o CHEGA comunga desta falta de tolerância, desta falta de tolerância comunga deste romeno e de outros que pensam iguais. E, portanto, Senhor Deputado, tenha paciência. A causa LGBT não é uma causa da extrema esquerda. --------- Um dia destes, zanguei-me aqui com o PCP que reclama o 25 de abril como património da esquerda ou da extrema esquerda. E eu disse, o 25 de abril é de direita, o dia do trabalhador, desculpem, foi a propósito do dia do trabalhador. O dia do trabalhador é de direita, é de esquerda e não sei quê. -------- A causa LGBT é uma causa de todos, tanto faz ser da esquerda como da direita. E, portanto, vossa excelência anda completamente equivocado.--------Lembro-lhe que terminou a sua intervenção a dizer: "bandeiras de ocasião". A questão da homossexualidade e da tolerância não é uma bandeira de ocasião. Lembro-lhe que as comunidades de cultos, de filósofos da antiguidade, da antiguidade, eram parte delas até homossexuais. E, portanto, se o senhor Deputado arejar essa cabeça e o seu partido, vai ser melhor para todos. Portanto, teremos que votar com todas estas reservas contra este voto que é uma aberração. Pegando nas palavras do romeno, este voto é uma aberração. ---Voto de congratulação do PS. De facto, orgulha muito este município, o facto de três mulheres nos representarem. Prova a importância das mulheres na vida, na política e, portanto, claro que além de subscrevermos, vamos aprovar. --------Moção da CDU sobre os trabalhadores. Concordamos inteiramente com o ponto número dois, mas o PS não se imiscui na gestão de empresas privadas e não conseguiu

perceber até como é que o governo central o poderia fazer para assegurar ou impor à Coindu a laboração. --------Nós estamos solidários, o PS está solidário com todas as dificuldades dos trabalhadores, mas daqui a imiscuir-nos... não há dirigismo económico. Nós não entramos nisso. Eu acho que o Soares deixou bem claro ao Cunhal quando disse: "meta o socialismo na gaveta". Não é? E, portanto, aqui todos estes anos depois o PS continua a proclamar esse socialismo dirigista para a gaveta. Portanto, vamos ter que nos abster por causa desse... estamos solidários, que fique claro, estamos solidários, mas vamos ter que nos abster. ---------Último voto de protesto de Marcelo Rebelo de Sousa porque disse que não há portugueses puros. É claro que não há portugueses puros. A situação é histórica. Os espanhóis chegaram à América e mataram tudo. Extinguiram civilizações e etnias. Os portugueses e as portuguesas juntaram-se aos povos locais. Por isso é que nasceram os mestiços. Nós fizemos filhos na... e tivemos filhos em toda a diáspora. E, portanto, os portugueses são uma mistura dos lusitanos, dos celtas, dos visigodos, dos árabes. Os árabes estiveram aqui séculos na península e em Portugal, dos judeus, dos africanos, dos indianos, porque tivemos a província de Goa e também lá tivemos filhos com goenses e com indianos e também... até com índios do Brasil. Isso, em vez de nos fazer repugnar, como está repugnado o CHEGA, engrandece-nos, dá-nos uma multiplicidade étnica, faz de nós verdadeiros cidadãos do mundo. Temos que chumbar também este voto do CHEGA. --------O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Antes do senhor Deputado João Pedro Castro usar da palavra, a Mesa sente-se na obrigação de alertar para o... não o tom do debate, porque o tom do debate não ultrapassou nenhum limite, antes pelo contrário, mas o tom da resposta. O senhor

Deputado João Pedro Castro conhece tão bem como qualquer outro senhor Deputado desta casa, quais são as regras desta Assembleia Municipal e conhece o Regimento da Assembleia Municipal. Sabe perfeitamente que aquilo que estava a fazer não pode fazer. E, portanto, eu peço ao senhor Deputado João Pedro Castro que use o tempo que tem disponível para dar as respostas que entender, sendo que ainda que a gente ouça o que não gosta, com o respeito com que o senhor Deputado Jorge Costa o fez, que foi muito, deve acatar, responder como tiver que responder, sabendo que a liberdade de expressão é precisamente isso, é a gente ouvir o que não gosta, desde que cumpridas as normas de respeito que foram. Portanto... senhor Deputado, senhor Deputado, estou a falar, não se importa. O Senhor tem a palavra, tem tempo, não consigo ver quanto tempo é que tem, mas tem à volta de 2 minutos. Terá oportunidade para dizer o que entender dentro desse tempo. Peço-lhe que o faça e que depois quando se sentar novamente ouça atentamente os outros senhores Deputados, porque também gosta de ser ouvido quando está aí. Está bem? --------JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – Senhor Presidente, é que nem nas Assembleia de Condomínio se ouviu tantas asneiras como hoje.--------Eu repito, os direitos... nunca se falou aqui, nunca falei aqui em homossexualidade. Eu disse: "Os direitos de personalidade, as opções de vida tomadas em consciência, as preferências de cada um, estão na esfera jurídica do individuo enquanto tal e não podem ser questionadas ou censuradas". O que eu quis dizer aqui neste voto de protesto é que o senhor Presidente de Câmara, a Câmara de Famalicão, não pode fazer a exaltação de determinadas minorias porque então tem que levantar muitas bandeiras, a bandeira da heterossexualidade, a bandeira da família, a bandeira da pobreza, a bandeira da habitação. Tem que levantar muitas bandeiras. -----

--- E depois eu gostaria de referir aqui uma citação, já que o Deputado Jorge Costa referiu de alguém, de um cronista, não sei de quem é, se calhar é do Jornal de Notícias ou da TSF. É da TSF, se calhar. Uma médica psiquiátrica do Hospital de Santa Maria que diz o seguinte: "A ideologia do género é um conjunto de ideias anticientíficas que, com propósitos políticos totalitários, extirpa a sexualidade humana é uma lavagem cerebral massiva por parte da comunicação social em Portugal. E já temos 100 pessoas arrependidas pela mudança de sexo e jovens a dizer que a única solução é o suicídio ou a eutanásia". -------- O que se está a fazer às crianças é criminoso e alguém vai ter que ser penalizado por isso. Porque não é a exaltação destes comportamentos. As pessoas maiores de idade com consciência fazem aquilo que entendem. Não é doutrinar as crianças ou instrumentalizar as crianças como se está a fazer ultimamente. --------O Deputado Luís Miranda aqui há uns tempos disse: "Estas minorias são cada vez maiores e tudo mais". Senhor Deputado Luís Miranda, o Senhor é jovem, um dia destes vai ter família e espero que as causas que defende um dia não lhe caiam em cima. --------Relativamente ao 10 de junho, de facto, não há portugueses puros, isso é uma barbaridade, mas há alma portuguesa pura, que é a alma portuguesa que defende a democracia, a liberdade, as nossas tradições. Bem já não tenho mais nada. ---------Relativamente à Coindu, o CHEGA já avisou aqui há muito tempo das encomendas que não chegavam às nossas empresas. E ninguém quis ouvir, senhor Deputado Daniel Sampaio. Portanto, nós temos uma capacidade de promissão tremenda. É só escutarem e ouvirem as gravações. --------DANIEL SAMPAIO (CDU) – Incumbe-me aqui uma tarefa difícil de prestar uma atenção exorbitante àquilo que se passa fora desta Assembleia e que tem uma dimensão nacional ou procura tê-lo. Não acompanhamos, no entanto, o tipo e a forma como são

apresentadas as preocupações do CHEGA. E estamos em querer que isto não favorece aquilo que se procura em termos de convivência, de convivência democrática, de respeito absoluto pelos termos constitucionais que ainda estão em vigor, e espero que continuem. E, portanto, não nos revemos nesta fraseologia guerreira - excessivamente guerreira -, e lamentamos que passou aqui um propósito que não é... nunca foi assumido pelo partido do CHEGA, que este dia não ficou tão famoso assim por intervenção do senhor Presidente da República, mas sobretudo porque falhou aqui alguma coisa da parte de todos os partidos no sentido de criticarem acerrimamente o que se passou no dia 10 de junho com os ataques inconcebíveis realizados e concretizados pela extrema direita.--------É bom que nós tenhamos também o alcance daquilo que se vai vendo da alteração neste país, deste país. Nós não podemos seguir esta linha, senhor Deputado. É uma linha muito perigosa, senhor Deputado, e a CDU não se imiscui nestas coisas de alguma falta de ---Em relação ao voto de protesto, a mesma coisa, quer se dizer, não vale a pena. Nós estamos num país imensamente tolerante. Espero que continue assim e que possa crescer esta tolerância de vivermos, enfim, de forma aprazível, em comunhão com todas as diferenças. Ainda há bem pouco tempo estávamos capazes de deixar que este combate contra a intolerância pelo facto de se ser mulher na nossa sociedade já tinha passado. Infelizmente não passou! Todos os dias assistimos a episódios preocupantes e é bom que exerçamos aqui uma funcionalidade que possa trazer paz às pessoas e paz a tudo que envolve guerras.--------Em relação ao voto de congratulação, eu percebo este voto do Partido Socialista, mas que diabo? Obrigarem-nos aqui a participar numa festa de regozijo pela eleição de três senhoras Deputadas famalicenses, que é altamente meritório. Não me parece que também caiba aqui, embora nós não vamos obstaculizar qualquer situação relativamente a isto. -

---Em relação à Moção da CDU, o PS já não surpreende a CDU em nenhuma das suas posições. Meteu o socialismo na gaveta há muitos anos. continua, enfim, com bandeiras também altamente despregadas a condicionar a intervenção dos seus adversários. E por isso, é lamentável que tenha esta atitude relativamente à preocupação candente que atinge todos os trabalhadores nesta situação na Coindu. ---------ARMINDO GOMES (CDS) – Vou começar pelo voto de protesto do CHEGA sobre as cores do arco-íris. Ó João Pedro, não percas tempo, como dizia a minha avó, com fraco funeral. --------O voto de protesto pelo discurso de Marcelo Rebelo de Sousa. Exatamente, é a mesma posição do CDS. É votar contra. --------O voto de congratulação das três Deputadas famalicenses que foram eleitas para a Assembleia da República, sejam elas do partido que for ou que fosse, por acaso uma acho que é do CHEGA e do Partido Socialista e outra do PSD, nem sei muito bem. Eu sei que uma é do PSD, certamente estamos a favor tanto o CDS como todos os Deputados famalicenses deste voto de congratulação destas três famalicenses para a Assembleia da República. ---------O voto da CDU, apresentado pelo Daniel Sampaio, sobre a situação das funcionárias da Coindu. Certamente todos nós estamos solidários com elas, mas não nos podemos... não vos podemos, como hei de dizer, tanto a Câmara Municipal como os Deputados sobrepor à empresa, senão então quando uma empresa estivesse em falência a Câmara Municipal, os Deputados e os Senhores Presidentes de Junta tinham que ir àquela empresa porque estava em situação desagradável e tinha que lá meter dinheiro ou ir de bandeira para a Assembleia da República fazer o lugar do sindicato, comunicar que havia uma empresa em Famalição que de facto paga aos trabalhadores, mas não tem condições para

elaborar porque a situação económica vai mudando de ano para ano e nós como não nos vamos sobrepor ao sindicato nem ao dono da empresa, este voto vamos votá-lo contra. ----LUÍS MIRANDA (PS) – Senhor Presidente, a propósito de tolerância, recentemente, há cerca de uma semana atrás, estava eu no Facebook a ler umas notícias e há um post do Jornal de Notícias que cita o seguinte: "Guardas prisionais exigem quatro milhões de euros a Mamadou Ba por difamação". Abro a caixa de comentários e vejo o nome do nosso ilustre colega Deputado, Dr. João Pedro Castro, que nos brinda com um comentário. Isto está aqui constatado. Tive a oportunidade de gravar isto e passando a citar: "Esse fdp tem que sair do nosso país.". ---------Senhor Deputado, quanto a tolerância, estamos esclarecidos e é extremamente diferente tolerância de aceitação, tolerância de exaltação. E a propósito do combate das ideias da homossexualidade, tal como fez Hitler, Mussolini, Stalin, compreendo que... ---------O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Ó senhor Deputado Luís Miranda, eu peço-lhe imensa desculpa por interromper. Não, ó senhor Deputado joão Pedro Castro, não, não pode. Desculpe, senhor Deputado, não pode. Sou eu que lhe estou a dizer, não pode. Já é a segunda vez que estou a interpelar o senhor Deputado por causa disto. Eu acho que é lamentável termos que chegar a esta situação, não é? Se eu tiver que fazer isto uma terceira vez, as medidas vão ter que ser outras, Senhor Deputado. Eu peço-lhe imensa desculpa, mas isto não pode acontecer, não é? Nós sabemos as regras. Senhor Deputado, não pode acontecer! Desculpe, isto... ó senhor Deputado, desculpe, senhor Deputado, não, isto está a ser um exagero. A Mesa é tolerante relativamente a estes comportamentos muitas vezes e se calhar não devia ser. Ó senhor Deputado, posso continuar, senhor Deputado? Permite-me que continue?-----

Aconteceu duas vezes, senhor Deputado. não vai acontecer a terceira, porque se
acontecer as medidas serão outras. Está bem?
Senhor Deputado Luís Miranda, peço desculpa por interromper. Pode continuar
LUÍS MIRANDA (PS) - Senhor Presidente, e para terminar dizer que ideias
perigosas, assumindo ideias perigosas à homossexualidade, falo, por exemplo, das ideias
perigosas que se tentam incutir, da castração química, da prisão perpétua, da banalização
e do desmantelamento do sistema democrático e, acima de tudo, das fake news e da falta
e manipulação de informação
PAULA AZEVEDO (PSD) – Relativamente ao voto de protesto do CHEGA, nós não
podemos acompanhar, o PSD não pode acompanhar. E porquê? A razão é muito simples.
Qualquer grupo minoritário que seja discriminado em Portugal merece ser defendido. E
a Câmara tem feito um trabalho articulado, integrador e que resulta num plano gerador
que reforça e amplia o compromisso em matéria de igualdade de género, diversidade e
inclusão. Ao mesmo tempo, convoca todos os cidadãos para um envolvimento ativo na
construção de uma sociedade mais justa, igualitária e coesa. Não importa se é LGBTQI
ou não. qualquer grupo que esteja a ser marginalizado merece um apoio e que seja
defendido na Câmara Municipal
O voto de protesto pelo discurso de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.
O PSD também não pode acompanhar porque não se revê em nenhum destes parágrafos
aqui neste voto de protesto
Relativamente ao voto de congratulação do PS, somos a favor, claro, são três pessoas
do nosso município, três famalicenses, independentemente de serem mulheres ou não, são
nossas, trabalharam para isso. É claro que eu estou contente, mais contente pela nossa
vereadora Sofia que está lá, mas parabéns às três e estamos a acompanhar e
acompanhamos o voto de congratulação do PS

Relativamente à moção da CDU, a Câmara claro que está solidária com estas famílias,
com estes trabalhadores e não pode, claro que não se pode comprometer relativamente ao
governo central. No entanto, a Câmara tem trabalhado com a direção, com os
trabalhadores, nomeadamente também com o sindicato, de maneira a diminuir ao máximo
as repercussões desta situação
O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO
NASCIMENTO – O senhor Presidente da Junta de Oliveira S. Mateus, Carlos Valente,
solicitou a palavra. É para falar sobre a freguesia?
CARLOS VALENTE (PRESIDENTE DA JUNTA DE OLIVEIRA S. MATEUS)
- Na última sessão da Assembleia Municipal fomos nós, Presidentes das Juntas de
Freguesia, desafiados a vir a púlpito falar sobre as atribuições das verbas que a Câmara
transfere para as Freguesias
É certo que todas as vezes que a este órgão chegam propostas para as Juntas de
Freguesia, todos os intervenientes, líderes de bancada e deputados eleitos
afirmativamente dizem: "que apoiam estas transferências, que deviam ser mais e maiores
e que devíamos delegar também mais competências e responsabilidades às Juntas de
Freguesia, pois são estas que estão no terreno junto das populações."
Na passada Assembleia, parece-me que foi colocado em causa o montante anual das
verbas e sobre as datas em que estas transferências foram feitas, alegando que as mesmas
tenham sido arrastadas ao longo do tempo para este ano de 2025. Inclusive essa Deputada
falou em campanha eleitoral, que estaríamos em campanha eleitoral. Ora bem, algo que
ainda não aconteceu oficialmente, nem sequer à data para as eleições autárquicas e mau
era se nós, Juntas de Freguesia, em parceria com o município de Vila Nova de Famalicão
e com a Câmara de Vila Nova de Famalicão parássemos no ano em que vai haver eleições.
Isto é impensável!!

---No entanto, eu vou falar pelo meu caso e para conhecimento de quem tem eleitos na Assembleia de Freguesia, em Oliveira São Mateus, no entanto, nem sempre os orçamentos para as obras são a subir, como foi afirmado aqui na última Assembleia. E é isso que eu venho desmentir a Deputada que nos desafiou a nós, Presidentes de Junta, a vir aqui desmentir o facto de desde 2018 até 2025 os orçamentos das Juntas serem sempre a subir. --------Em 2022, a Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus recebeu o apoio da Câmara Municipal na ordem dos 170 mil euros. ---------No ano seguinte, 2023, esse valor baixou cerca de metade, para 85 mil euros. Não atingindo esse valor. --------No ano passado, ano 2024, esse valor em obras que foram atribuídas à Junta de Freguesia e por solicitação da Junta uma obra que a Câmara financiou e ainda para mais foi responsável pela mesma, nós recebemos um apoio de perto de 400 mil euros, 394 mil euros para ser mais preciso. Quatro vezes maior em relação ao ano 2023, em relação ao ano anterior.--------No presente ano, 2025, e contrariando a senhora Deputada Tânia Silva, que esteve cá neste púlpito a desafiar, a Junta de Freguesia recebeu 211 mil euros – 50% abaixo do valor de 2023. --------Como podem ver, os orçamentos não são sempre a subir. --------Nos mandatos de 2017 e 2021, a Junta de Freguesia de Oliveira São Mateus, no total dos 4 anos, recebeu um investimento de 80 mil euros. ---------Quero por isso, agradecer à Câmara Municipal, ao senhor Presidente, a todos os Vereadores que nos têm apoiado, porque nós não vamos parar de evoluir a Oliveira de S. Mateus. E também deixo um repto que é o seguinte: enquanto Presidente de Junta, prezo e apelo para que todas as intervenções sejam pensadas com pés e cabeça. Sou muito

apologista de modelo de intervenção adotado numa cidade alemã, da qual já tive
oportunidade de participar e acompanhar. E, primeiramente, resolvem-se os problemas
subterrâneos, que foi aquilo que fizemos no ano 2023/2023, e posteriormente os
sobreterrâneos, os que estão acima do solo
Como podem ver, o nosso melhor ano foi 2024 e não aquele ano que dizem que é o ano
da campanha eleitoral, que é o ano 2025
Não tendo mais tempo, agradeço os 4 minutos que me são disponibilizados e deixo
também um repto a todos aqueles que estão aqui presentes para que numa próxima revisão
dos estatutos da Assembleia seja aumentado o tempo dos senhores Presidentes de Junta,
porque às vezes temos alguns assuntos que queremos cá trazer e muitas vezes por causa
do tempo não conseguimos fazer
VOTO DE PROTESTO, DO CHEGA, PELA PROJEÇÃO DAS CORES "ARCO
IRIS" DA ORGANIZAÇÃO LGBTQI, NOS PAÇOS DO CONCELHO
POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO PELA PROJEÇÃO DAS CORES
"ARCO IRIS" DA ORGANIZAÇÃO LGBTQI, NOS PAÇOS DO CONCELHO,
APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA, FOI O MESMO
REJEITADO
VOTO DE PROTESTO, DO CHEGA, PELO DISCURSO DE MARCELO REBELO
DE SOUSA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, NO DIA 10 DE
JUNHO, DIA DE PORTUGAL
POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO PELO DISCURSO DE MARCELO
REBELO DE SOUSA. PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA. NO DIA 10

DE JUNHO, DIA DE PORTUGAL, APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL
DO CHEGA, FOI O MESMO REJEITADO
VOTO DE CONGRATULAÇÃO, DO PARTIDO SOCIALISTA, ÀS TRÊS
MULHERES FAMALICENSES ELEITAS DEPUTADAS PELO CÍRCULO
ELEITORAL DE BRAGA, CONCRETAMENTE, AS SENHORAS SANDRA LOPES,
SOFIA FERNANDES E LINA PINHEIRO
POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO ÀS TRÊS MULHERES
FAMALICENSES ELEITAS DEPUTADAS PELO CÍRCULO ELEITORAL DE
BRAGA, CONCRETAMENTE, AS SENHORAS SANDRA LOPES, SOFIA
FERNANDES E LINA PINHEIRO, APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL
DO PARTIDO SOCIALISTA, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM
OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DA CDU E DOS SENHORES
PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO CHEGA
A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO, DA CDU, PELA DRAMÁTICA SITUAÇÃO
DOS TRABALHADORES FAMALICENSES DA COINDU
POSTO À VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO PELA DRAMÁTICA
SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES FAMALICENSES DA COINDU,
APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, FOI A MESMA
REJEITADA

------ORDEM DE TRABALHOS ---------PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) --------O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -Permitam-me aqui selecionar algumas das informações que considero mais relevantes serem enfatizadas neste momento no âmbito desta sessão da Assembleia Municipal, atendendo ao pouco tempo que tenho, mas como aqui foi salientado, parece-me de todo pertinente falar um pouco daquilo que desenvolvemos e que se relaciona com o despedimento coletivo da Coindu. --------Como é sabido, foi efetivado esse despedimento coletivo. Foram 123 pessoas que foram despedidas, 79 das quais nossos concidadãos famalicenses, 44 outas de outros concelhos próximos aqui do nosso. E nós, obviamente, sabendo do sucedido encetamos esforços, e desde já quero aqui agradecer também a disponibilidade do sindicato SINDEC que connosco trabalhou por forma a que nós desenvolvêssemos um pacote de medidas por forma a atenuar este acontecimento, como é sabido, cria perturbações no projeto de vida de pessoas, pessoas essas que são nossos concidadãos famalicenses e, por isso, desenvolvemos este pacote de medidas, de iniciativas, desde logo de uma task-force numa interação e articulação com o centro de emprego que foi muito expedito, muito disponível para que tal sucedesse também, que foi a inscrição célere destes trabalhadores famalicenses no nosso centro de emprego, por forma a que possam receber os respetivos subsídios a que têm direito.--------Por outro lado, houve também uma sensibilização da empresa da nossa parte, porque é, digamos, até aí onde nós podemos ir, por forma a que existisse uma majoração da indemnização que estes trabalhadores também têm direito ao que a empresa respondeu

positivamente, que iria desenvolver também esse esforço para que fosse incrementado o valor a que tinham direito por lei.--------Fizemos desde logo outra medida muito importante que é contactar, interagir com um conjunto de outras empresas famalicenses, por forma a que estes trabalhadores ou parte destes trabalhadores fossem acolhidos para imediatamente ou no tempo mais curto possível pudessem ser alocados a novos postos de trabalho noutras empresas.--------Mas também, obviamente, que se preparou com o centro de emprego uma medida que me parece habitual, que é a reconversão por via de formações diversas para que possam também desenvolver tarefas diferentes noutras empresas. E obviamente aquilo que está disponível para todos os famalicenses, precisando que tem a ver com a panóplia imensa de apoios sociais, que temos felizmente, e temos esta possibilidade aqui em Vila Nova de Famalicão. ---------Mas permitam-me também que diga que extrapolamos estas medidas, este pacote também para uma outra empresa que não está sediada no nosso concelho, que é a Gabor, mas fica muito próximo do nosso concelho, limite de algumas freguesias do nosso concelho, em que nós já sinalizamos 76 cidadãos famalicenses, que teremos disponível, obviamente, estas mesmas medidas por forma a que possamos também ajudar. ---------Queria deixar aqui esta nota para que ficassem, porventura quem não o está bem informado acerca do que desenvolvemos e desenvolvemos logo passado 24 horas, salvo erro, depois da notícia.--------Por outro lado, não posso deixar neste momento, até porque as festas Antoninas terminaram há poucos dias atrás, deixar aqui alguns agradecimentos grandes, porque nós tivemos as maiores festas Antoninas da nossa história. E, portanto, isso deve-se, obviamente ao trabalho da Câmara Municipal, como não podia deixar de ser, mas sobretudo também aos milhares de famalicenses que se envolveram para que nós

pudéssemos alcançar esta dimensão magnitude das festas Antoninas, que cada vez mais são reconhecidas como umas das maiores festas e romarias do nosso país, de Portugal. ----E quero agradecer desde logo às Associações que têm aqui um papel fundamental, grupos informais que também nos ajudam imenso, às escolas, às instituições, às forças de segurança que também participam e muitos trabalhadores, nossos colaboradores da Câmara Municipal que trabalham horas a fio de dia e de noite, por forma a que tudo estivesse em condições para que as cerca de 60 dinâmicas que temos para além de tudo aquilo que estão nas festas Antoninas, como a restauração, street food, divertimentos e muitas outras coisas, que estivesse tudo de forma excecional, como sucedeu. E queria também deixar esta nota, porque é muito merecida esta nota de agradecimento. --------E por mais só dois ou três pontos mais rápidos. Uma nota também, até porque fiz o balanço da habitação pública deste novo segmento que estamos a trazer para Famalicão, como é sabido, tínhamos um segmento, aquele que era mais conhecido a nível nacional, a habitação social tecnicamente conhecida pela renda apoiada. Estamos a trazer o novo segmento que é o arrendamento acessível, conforme porventura sabem. E como estamos a falar de 210 habitações em construção, quero aqui adiantar-vos que a construção está a cumprir os prazos estabelecidos, portanto, estamos a andar bem e não vamos ter problemas no que concerne ao PRR e vamos começar a disponibilizar estas habitações aos agregados famalicenses.--------Dentro em breve abrimos novas candidaturas, até porque já atribuímos duas habitações acerca de uma semana, mais dia, menos dia e, portanto, vamos paulatinamente começar a entregar estas 210 habitações a que queremos somar mais cerca de 121 habitações que vamos iniciar as respetivas empreitadas. ------

---Para terminar, dizer-vos que também um anseio grande que tínhamos aqui para Famalição, que tem a ver com a iluminação do parque de estacionamento da feira que está iluminado.--------Incrementamos muito aquilo que os famalicenses queriam também já há algum tempo que era mais iluminação e neste momento está ligada incrementando assim a segurança de nós todos. --------JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – Não sei se se lembra aqui há uns tempos, tínhamos falado a propósito do tecido empresarial famalicense e nomeadamente aquelas empresas que trabalham com o setor automóvel que as encomendas tinham caído a pique. Lembra-se com certeza disso, porque nós temos uma avaliação exaustiva do que se passa em termos industriais no nosso município. --------Senhor Presidente, estamos na reta final deste mandato e estamos em querer que o próximo executivo camarário terá uma composição bem diferente, assim como esta Assembleia. No entanto, estando vossa excelência ao leme desta nossa terra, há problemas que subsistem, muitos deles apontados aqui pelos partidos com assento nesta Assembleia. Também no final do mandato, devo dizer-lhe com alguma dose de censura, à semelhança do que disse muitas vezes o Partido Socialista, e nós nunca, nunca o mencionamos, mas hoje, provavelmente a última Assembleia antes das últimas eleições, devo dizer com alguma dose de censura, que uma pessoa preparada como vossa excelência, alguém com experiência autárquica de tantos anos, não precisava de ter usado este expediente de fuga às perguntas, que no fundo não são mais do que um esclarecimento aos famalicenses. -----Senhor Presidente, tirando isso, o candidato à Câmara do Partido Socialista, Eduardo Oliveira, disse numa recente entrevista, a reboque do que o CHEGA tem dito, o seguinte: "Mais polícia e mais segurança". Eu sei que há um partido Socialista A, B e C,

provavelmente um Z, mas ele disse-o: "Mais polícia, mais segurança", à semelhança do que dizem muitos famalicenses. ---------Pois é. Senhor Presidente, tem-se reunido com a polícia? Porque esta história do comando em Guimarães pode resultar em Guimarães, mas não resulta em Famalição. Eles, esta força especial, chamam-lhe corpo de intervenção ou o que quiserem, estão cá umas horitas e depois regressam sem efeitos práticos ou dissuasores. Para quando o reforço de efetivos? É verdade, Senhor Vereador.--------Já soube com certeza, não falo mais nisso, mas também aqui há uns tempos falamos muitas vezes com o desdém de toda esta Assembleia sobre as trotinetes e agora vem uma lei da Assembleia da República, ou um Decreto-lei do governo sobre a obrigatoriedade de seguro, como sabe, e o uso de capacete, etc., etc., mas pronto, é a nossa capacidade de premonição que outros têm, uns têm, outros não têm. --------Há tempos coloquei uma questão que também não foi respondida por falta de tempo, ou houve de vontade de responder. Senhor Presidente, volto a colocá-la. Semáforos na avenida 25 de abril? Aquela que dá para a estação, depois tem um cruzamento que dá para Brufe. Nunca funcionam e sabe que ali é um terror, é um trânsito terrível. --------Outra pergunta mais em termos de esclarecimento do que propriamente de censura. Porquê esta obsessão em estreitar as ruas colocando-se separadores? Eu de início tentei entender, talvez por questões de segurança, como por exemplo na Avenida de França eventualmente, mas não está a resultar porque o trânsito é cada vez mais caótico.--------Senhor Presidente, também tenho que lhe perguntar que história é esta da Polícia Judiciária na Câmara? ---------E Senhor Presidente, não sendo da sua jurisdição, eu sei que não é, mas o que nos pode dizer sobre a visita da ASAE no hospital de Famalição? O que é que se passa com os famalicenses? Todos estes problemas que vão surgindo na comunicação social não afetam

só a Câmara Municipal, nem uma Assembleia Municipal, afetam todos os famalicenses de uma forma geral. Portanto, nós gostaríamos de obter esclarecimentos cabais que pudessem ser minimamente explicados aos famalicenses. ---------LUÍS MIRANDA (PS) – O Grupo Municipal do Partido Socialista, no início deste mês, foi surpreendido com um conjunto de notícias por diversos meios de comunicação social famalicenses e até com alguma exposição distrital e nacional de que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão havia sido notificada pela entidade de Polícia Judiciária, a propósito de um processo de inquérito que estaria a correr destinado a investigar algumas contratações feitas pelo município, dizia-se nas notícias relacionadas com aquisição de serviços do âmbito da cultura, palcos, artistas, som, etc. --------Senhor Presidente, perante isto, o que é que pode transmitir a esta Assembleia? E acima de tudo, aos famalicenses? Se isto corresponde com a verdade, se não corresponde, o que é que foi solicitado por esta entidade e o que é que de facto está a passar relacionado com estes temas? --------DANIEL SAMPAIO (CDU) – Constato que há aqui uma incidência em determinadas vontades de conhecer a posição de vossa excelência sobre algumas questões. A CDU também não se põe de fora. E em relação às investigações do município, se vossa excelência pode falar sobre este assunto, deve a nosso convite e a de outros dizer o que é possível sobre isto. --------A ASAE no hospital, nós sabemos que existe um plano de intervenção para o hospital o qual prevê obras de requalificação e ampliação necessárias para além da continuada renovação de equipamentos.--------É evidente que isto é de extrema urgência e é preciso pormos todo o nosso pendor no encontrar de soluções ou de ajuda para minimizar aquilo que está a afetar o interesse na saúde pública dos nossos cidadãos.-----

---Se é possível também saber ou falar sobre os apontamentos da ASAE relativamente à sua visita? São coisas que os cidadãos possam ficar sossegados ou não? ---------Em relação à poluição no rio Pelhe, e peço desculpa pela insistência, mas de facto sem pôr em causa todo o empenho do município relativamente a este assunto para o ver resolvido, a verdade é que mais uma descarga, a somar a tantas outras, diremos que se está a perder um pouco o controlo daquilo que tem que ser objetivamente controlado. Porque a saúde ambiental é também um aspeto de excelência ou deve sê-lo em Famalicão. ---Se o Senhor Presidente tem conhecimento de mais esta descarga poluente? E o que é que nos pode dizer sobre a sua origem e medidas adotadas para evitar a repetição de tais atos?--------Sabendo que a autarquia tem investido na despoluição dos rios do concelho, mormente o rio Pelhe, terá também condições de nos informar qual o volume de investimento feito até ao presente momento e circunscrevendo-se a este mandato, naturalmente?--------Para terminar, sobre o Estádio Municipal versus PDM. Já aqui colocamos a questão pela Deputada Tânia Silva, que, enfim, parece-nos ser bastante irracional tomar uma decisão desta natureza por não haver data para o término do processo de revisão do PDM, que julgo saber que estará concluído, se calhar bem, lá para os finais de 2026. E, portanto, pode-se depreender que o município corre o risco de o concurso poder violar o atual PDM, o qual se manterá em aplicação até haver um novo que o substitua? ---------Pronto, são as perguntas que deixamos aqui e aguardamos que o Senhor Presidente tenha a amabilidade de responder e que corra muito depressa, porque só tem dois minutos. ---JORGE COSTA (PS) – Um instante muito breve, mas para informar os famalicenses e esta Assembleia que o Decreto-lei 26/2025, de 20 de março não foi uma promissão do CHEGA e limita-se a transpor para a legislação europeia a diretiva 2021, portanto, do ano 2021, com o número 2118. Portanto, não há promissões do CHEGA, mas aproveitando

esta baboseira dita pelo ilustre representante do Grupo Municipal do CHEGA, eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara: Há dificuldades de efetivos na Polícia Municipal, toda a gente reclama mais. Há e-bikes, bicicletas elétricas na Polícia Municipal? Não seria inédito. A PSP e a GNR usam-nas a miúde e, portanto, se há, eu não as tenho visto na rua. Sou eu que ando distraído? Eles não as usam? Qual é o ponto de situação disso? Seria importante porque permitiria ais agentes uma mobilidade dentro da cidade – claro que para as freguesias não podem usar desse tipo de meios -, mas dentro da cidade permitiria um maior policiamento de proximidade.-------RICARDO VALE (PS) - Senhor Presidente, eu trago aqui um tema que abordei a primeira vez em abril de 2023. Há um pedaço relevante do nosso território que eu gosto muito. Começa no Louro, passa por Outiz, passa em Vilarinho e termina em Ribeirão. ----Em abril de 2023, o Partido Socialista alertou aqui na Assembleia Municipal para o estado das estradas, conhecida por estrada de Gemunde - escuso-me a voltar a relembrar o argumento -, mas o que me traz aqui, basicamente era para que o Senhor Presidente pudesse esclarecer a Assembleia e os famalicenses, em particular a população destas quatro freguesias, o que de facto está previsto ser feito na estrada de Gemunde? Isto porquê? Porque num determinado momento haveria a informação na freguesia de Vilarinho que estava previsto alargamento, a colocação de passeios, tratar das águas com a respetiva drenagem e depois naturalmente o betuminoso para o pavimento novo. Mas mais recentemente o que consta é que vamos ter apenas um novo tapete. E, portanto, a minha pergunta, na verdade são duas. Primeiro, o que de facto vai acontecer? Se é que vai algo acontecer. Imagino que sim. Se é uma obra integrada e planeada ou se é uma mera colocação de novo tapete. ------

---E a segunda questão é, na hipótese da primeira resposta ser neste momento o que está previsto é a colocação de um tapete. A segunda questão é, para quando está previsto de facto a obra e a intervenção que aquela estrada e a população que mora aqui merece?------PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara, eu vou aproveitar tudo atacado. Vossa excelência, infelizmente, ao longo destes anos não nos costuma privar por nos responder, mas eu ponho a resposta às perguntas na mesma. Pode ser que desta vez seja contemplado nos pargos dois minutos que deixou para responder aos Deputados Municipais. --------De forma muito resumida, Senhor Presidente, uma é uma pergunta recorrente nesta que previsivelmente será a penúltima Assembleia ordinária deste mandato, previsivelmente ordinária e que faço um apelo para ver se na última reunião pode finalmente fazer o favor a mim e a todos os Deputados e famalicenses. Nas informações do Senhor Presidente da Junta ainda... tivemos aqui um Senhor Presidente da Junta que veio no início referir os apoios que teve para a sua freguesia, mas continua a não constar nos seus documentos os apoios solicitados pelas juntas em que a Câmara não atribui. Esse exercício e essa menção é necessário para fazermos o devido escrutínio de realmente quais são as verdadeiras opções da Câmara. Espero bem e faço o apelo que ao fim de... não é consigo, já são cerca de 4 anos, mas com o seu antecessor no mínimo 8. Ao fim de 12 anos que me deem ao menos esse benefício da dúvida.--------Outra pergunta, Senhor Presidente, falou ali nas Festas Antoninas, sem querer falar da restante dimensão, mas eu queria fazer uma pergunta e um apelo que acho que não vai ser para vossa excelência, provavelmente será para o próximo Presidente da Câmara, mas fica também a pergunta porque vossa excelência nunca previu isso. Tivemos aí concertos de grupos de dimensão nacional e porque é que não se aproveitou a oportunidade, como fizeram alguns concelhos limítrofes aqui de Famalicão, da primeira parte dos concertos

serem feitos por bandas locais (famalicenses). Era uma excelente oportunidade para dar o devido palco e protagonismo a essas bandas e esses famalicenses poderiam aproveitar. E não digo que contratualmente não é possível por serem artistas de renome nacional, porque se outros concelhos o conseguem fazer no contrato certamente Famalicão também o poderia fazer. --------O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Vou aproveitar o tempo que tenho para que de forma rápida responda ao maior número possível de questões, lembrando que o ponto da ordem de trabalhos se denomina "Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma". Portanto, mais uma vez fica aqui o desafio. Se querem coisa diferente, o Regimento também o tem que prever. ---------No mais dizer que... porque me parece mais relevante falar-se e responder-se, o hospital, como sabem, o hospital tem administração própria, cuja tutela é do Ministério da Saúde. A Câmara Municipal nada tem a ver com o assunto. Obviamente que se preocupa com tudo que lá se passa, porque estamos a falar de uma área essencial para a nossa condição de vida, mas obviamente que essas questões se porventura as tem queiram endereça-las à administração do mesmo hospital.--------O que eu posso acrescentar relativamente à saúde é que a rede de cuidados de saúde primária neste momento, que é da competência da Câmara Municipal no que concerne aos edifícios, está a haver o maior investimento da história de 12 milhões de euros.-------Relativamente às freguesias, como é sabido, todos os apoios são públicos. O somatório das transferências para as Juntas de Freguesia estão a chegar aos 50 milhões de euros e são todos públicos. --------Referir também que no que concerne às forças de segurança, que temos reuniões por força também do Conselho Municipal de Segurança que existe, obviamente que muitas

situações são faladas, nomeadamente a necessidade de reforços da PSP, isto não é nada de novo. Obviamente que todos podem falar, estamos todos a dizer a mesma coisa, mas o que é certo é que a nossa Polícia Municipal, a Polícia Municipal e a PSP e a própria GNR, obviamente estão a desenvolver esforços para com o que tem fazerem o máximo possível, mas também estamos a trabalhar em conjunto por forma a que hajam reforços e queremos reforçar por via da digitalização, nomeadamente usando a videovigilância e bicicletas elétricas, claro, que temos também na nossa Polícia Municipal. ---------Quanto à estrada de Vilarinho das Cambas, será pavimentada, foi colocado o saneamento, como sabem, também há pouco tempo e estamos à espera que os proprietários também permitam os alargamentos para que se possam iniciar. No entretanto, vamos pavimentar porque realmente é verdade, a estrada está má.--------LUÍS MIRANDA (PS) – Dirigindo-me ao Senhor Presidente de Câmara, dizer-lhe que, apesar da pergunta que foi feita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que foi feita em primeiro lugar, mas que o Senhor Presidente preferiu não responder ou não selecionar como prioritária no conjunto de respostas que deu aos Senhores Deputados, dizer em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista que uma vez que o Senhor Presidente ficou sem tempo para proceder essa resposta que estamos disponíveis para receber essas mesmas respostas por escrito, por exemplo, na pessoa do líder do Grupo Municipal, o qual o Senhor certamente terá o contacto por e-mail e teremos todo o gosto, não só o Grupo Municipal do Partido Socialista, mas os famalicenses em perceber o que se passou e ouvir a posição do Senhor Presidente. --------ARMINDO GOMES (CDS) – Eu tenho a ideia que não cumprimentei há bocado os Senhores e as Senhoras Deputadas, talvez os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, mas já agora repito, o mesmo cumprimento.-----

---Senhor Dr. Luís Miranda, vossa excelência como advogado, e eu considero muito, isto da Polícia Judiciária em Famalicão não lembra o diabo. Você sabe que quando a Polícia vem a um concelho, e todos nós estamos aqui a ouvir, é uma denúncia anónima e vem passado 10 anos da denúncia. Estamos a falar de 10 anos, o Dr. Mário Passos está há quatro na Câmara. É assim que acontece em qualquer parte do país. Isto não é nenhum acidente para a Polícia Judiciária. É comunicada e passado uma semana está cá. Enquanto não acabar as denúncias anónimas, vossa excelência é advogado e sabe bem, não vamos a lado nenhum a nível de justiça. Enquanto não disser o nome e denunciar e dizer o que é, mandar palpites para o ar, isto está muito mal e vossa excelência sabe muito bem. Está de acordo comigo, certamente? Está! Vossa excelência está de acordo comigo. Portanto, uma denúncia da Polícia Judiciária não é de manhã para a noite, nem vem de manhã para a noite a um concelho. Estamos de acordo? Certamente estamos. --------LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – Admira-me ser o Partido Socialista a pegar neste assunto da Polícia Judiciária. Parece que não aprendeu que ainda bem há pouco tempo estes ataques utilizando argumentário judiciário num órgão que é político não funciona. E o Partido Socialista perdeu nestas eleições. Perdeu precisamente porque tentou usar o argumento judiciário, confundir num órgão que é só político. O que os famalicenses querem saber aqui é o que o Senhor Presidente politicamente está a fazer. E ele diz-lho. As perguntas que os senhores fizeram, o Senhor Presidente respondeu. --------Quanto à investigação, a mesma está numa fase de inquérito. O que é que queriam? Que o Senhor Presidente fizesse desta Assembleia um tribunal? Isto não é um tribunal, Senhores Deputados. Isto não é um tribunal! E nem vai ser! Isto é um órgão de avaliação política e se tiverem de frisar politicamente o Senhor Presidente, ele aqui está para se defender, aqui está para dizer aquilo que acha. Agora, todos estes Partidos e o Partido Socialista mormente teve um Primeiro-ministro que saiu do governo e foi para a Europa,

está neste momento no Conselho Europeu por um parágrafo, não é? Portanto, o Partido
Socialista não deveria de confundir.
Eu só posso aqui retirar que esta confusão quando é feita por um jurista não me parece
nem quero que isto verse um aproveitamento político
Vamos falar de política aqui, Senhores Deputados! É o que interessa
Há uma investigação? Há. A mesma está em fase de inquérito, politicamente relevante?
Não. Não vamos fazer deste órgão um órgão judiciário, porque ele não é. É um órgão
político
JORGE COSTA (PS) - Ora bem, Senhor Deputado que me antecedeu deve estar
confuso com alguma coisa. O PS não fez nem vai fazer nunca nenhum tipo de julgamento
neste órgão, porque este órgão é de fiscalização. E aquilo que o PS fez foi limitar-se a
perguntar nesse intuito de fiscalização o que é que se está a passar. Porque não basta dizer,
bom, são queixas anónimas que andam aí. Todos sabemos, nomeadamente nós juristas,
que uma queixa anónima a dizer uma baboseira sem pés nem cabeça não anda. Não anda.
Tem de haver indícios suficientemente fortes para, mesmo numa queixa anónima, para as
coisas prosseguirem. Não é só: "Olhe, eu acho isto". E, portanto, o assunto é grave e é
grave não só por este episódio, é grave pela forma recorrente que ele tem acontecido nos
últimos tempos
O que é que se está a passar?
Esta foi a pergunta do PS. E nessa matéria de julgamentos, nós usamos as palavras
sábias de António Costa: "À justiça, o que da justiça é". Mas se o Senhor Presidente da
Câmara é ou não arguido, se a Câmara está ou não indiciada por irregularidades na gestão
administrativa, nos concursos. Ah, isso, claro que interessa aos famalicenses e a todos

LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado Jorge Costa, eu concordo
consigo, mas se diz que é recorrente quer dizer precisamente isso, que o Senhor Presidente
de Câmara está completamente tranquilo
Agora, se me dissesse que o Senhor Presidente de Câmara é arguido, que está acusado
de A, B ou C. Agora, o Senhor Presidente de Câmara não está aqui para responder
Primeiro o Senhor Deputado sabe que há questões que se comprometem com o segredo
de justiça. O Senhor Presidente de Câmara está obviamente às vezes coartado de dizer
aqui determinadas coisas. Mais, o Senhor Presidente tem que dizer aquilo que é relevante
politicamente, repita-se: nada, mas que fique claro, apesar do que disse, apesar de todas
as recorrências, não há quaisquer indícios, Senhor Deputado. Não há quaisquer indícios.
Por isso, os famalicenses têm uma certeza, politicamente esta Câmara está a cumprir, e
sendo fiscalizada não há nenhum indício
Podem ficar sossegados, caros famalicenses
JORGE COSTA (PS) – É lamentável que seja o Senhor Deputado a dizer isso e o
Senhor Presidente da Câmara não tenha aberto a boca sobre essa matéria. É lamentável.
O Senhor dizer: "ó, está inocente". Nem sequer está em causa o Presidente da Câmara.
Está em causa a autarquia, a própria Câmara, a instituição. A instituição, é isso que está
em causa. E a frequência com que isto tem acontecido nos últimos tempos tem sido
recorrente. Passaram-se anos que nada disto acontecia. Portanto, onde há fumo há fogo e
convém dissipar. Mais, a procuradoria já confirmou a existência de vários inquéritos
relacionados com o município de Famalicão. disse-o, está nos jornais, é público. E,
portanto, os jornais sabem mais do que os Deputados municipais sobre o que se está a
passar nesta casa
O nosso papel é perguntar e lamentamos não ter obtido essas respostas, mas estamos
convictos, vossa excelência não vai fugir a esse diálogo e nos vai responder por escrito.

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – A questão é uma expressão pura de que efetivamente o Partido Socialista quer politizar isto porque senão tinha pedido logo por escrito e tinha o respeito institucional por esta Assembleia. Pedia logo a resposta por escrito. --------Mas eu pergunto, ao contrário de outras Câmaras do Partido Socialista, Senhor Presidente de Câmara, eu pergunto-lhe se nos últimos 30 anos houve qualquer investigação, houve qualquer condenação ou perda de mandato de algum Senhor Presidente de Câmara ou Vereador, ao contrário de Santo Tirso? Por exemplo, aqui muito próximo, não é? Portanto, que nós não pegamos nisso politicamente, mas eu perguntolhe, E como o Senhor Presidente não tem tempo, eu respondo por si. Não, não existiu! Não há nenhum arguido, nunca houve nenhuma perda de mandato por este executivo, nem pelos dois que passaram ultimamente. --------PAULO PINTO (PS) – Senhor Deputado Luís Ângelo, vossa excelência já foi vice-Presidente da Mesa da Assembleia, conhece perfeitamente o Regimento e fiquei um bocado chocado quando você estava aqui a tentar limitar o que é que os membros desta Assembleia podem perguntar ou não perguntar. Nós como membros desta Assembleia podemos perguntar e escrutinar. Está no Regimento. E a Câmara Municipal, ao contrário do que o Senhor Presidente disse nas informações noutros atos, tem que dar explicações. Eu vou só reler, por exemplo, para dar a explicação, se eu já me perdi aqui, no artigo 51°, que é do uso da palavra do Regimento... uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal diz, por exemplo, na alínea d), "responder a perguntas dos membros da Assembleia Municipal relativas a quaisquer atos da Câmara Municipal e da sua administração". Não fala que é por escrito ou por altan. Temos esse direito. Aliás, tem que... na outra alínea diz: "pedir ou dar explicações ou esclarecimentos". Portanto, nós vimos cá no âmbito do Regimento, Senhor Deputado, nada mais. ------

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – Senhor Paulo Pinto, eu não disse isso. Eu sei e o Senhor sabe que eu fui um 1º Secretário e Presidente em exercício muito flexível, por isso não pode acusar disso. Pode-me acusar de outras coisas, mas disso não. Agora, o que eu digo aqui é o seguinte: eu não disse que o Senhor Deputado não pode fazer perguntas e leu o artigo bem, questões administrativas, não são questões judiciais que estão em fase de inquérito, percebe? Portanto, Senhor Deputado, o que estou a dizer é não politizar isto e vou usar umas palavras que não são minhas, mas que são do seu anterior... antes do Pedro Nuno Santos, que foi nosso Primeiro-ministro, o Dr. António Costa, que disse na Assembleia da República e por todos os locais por onde passava dizia isto: "À justiça o que é da justiça, à política o que é da política".--------Eu friso as palavras de uma pessoa que foi o Senhor Secretário Geral. ---------SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA ---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – O Plano de Ação Climática, obviamente que é um documento muito importante por razões óbvias para todos. Está nele incorporado muitas dimensões no que respeita à dimensão ambiental que temos que desenvolver a vários níveis, como é sabido, um dos grandes objetivos que temos nós Famalicão, nós país, nós Europa e, aliás, podia também extravasar para nós mundo por forma a que hajam claramente e efetivamente reduções CO2, reduções de dióxido de carbono e, portanto, aquilo que nós temos neste documento, para além obviamente de outras ações, porque a dimensão climática é um chapéu muito grande, mas o que importa aqui é o que é que Famalicão está a desenvolver e pretende desenvolver por forma a alcançarmos as metas climáticas, nomeadamente a redução do

dióxido de carbono, que se prende, como é sabido, com um caminho que todos temos que fazer, que tem que estar relacionado com a chamada descarbonização. E isso é feito por via de vários contributos, não há um protocolo de atuação único relativamente a esta matéria. É por via de vários protocolos de atuação, múltiplos contributos que vão permitir a redução das emissões de dióxido de carbono. --------Como é sabido, as energias renováveis é uma matéria muito importante nos territórios, porque elas obviamente que fazem com que, por via da transição energética que nós possamos alcançar este desidrato. --------Obviamente que a arborização, nomeadamente a arborização pública, porque a privada depende dos seus proprietários e não dependem de políticas públicas, nomeadamente atendendo à atual legislação nacional. Se ela, entretanto mudar, obviamente que porventura será coisa diferente, mas a atual legislação nacional, como é sabido, para além de proteger as árvores que conhecemos, nomeadamente aqui no norte de Portugal, que são os sobreiros, penso que até não existe mais nenhuma árvore protegida, porque acho que nem temos azinheiras, como tem, por exemplo, o Alentejo, que também as tem em quantidade. Portanto, todas as outras árvores dependem, aliás, dos seus proprietários, podem fazer o manifesto de corte e o ICNF aprova o seu abate, por exemplo. Portanto, nós temos que enveredar por uma trajetória de floresta pública este novo conceito que trouxemos a Portugal por via de Famalicão e temos já muitos hectares adquiridos de floresta pública em Vila Nova de Famalicão, para que nós possamos ter floresta em quantidade, para que também nos ajude a reter ou a transformar aqui próximo de nós na terra o dióxido de carbónio em oxigénio, por via daquilo que nós aprendemos todos da escola, não sei em que ano, a fotossíntese. -------- Mas obviamente que temos outros desafios como a eficiência energética, que também é um contributo muito grande que estamos a desenvolver, que está vertido também neste

documento. Há aqui, obviamente, uma secção muito importante que tem a ver com as alterações climáticas, porque também elas são efetivas. Felizmente ainda não fomos atingidos por este flagelo, como nós observamos noutros locais e noutros países, mas não, aliás, temos que estar preparados também para estas alterações e, obviamente, fazer com que, se elas acontecerem, nós possamos ter já no terreno algumas iniciativas e medidas por forma a que elas sejam mitigadas/atenuadas.--------E, portanto, é um documento importante, é um plano municipal que nós queremos agora paulatinamente, com políticas públicas diversas, ir desenvolvendo por forma a que Famalicão também nesta área, como felizmente está a ser, basta saber os dados que temos a nível nacional, estamos a ser muito bem-sucedidos, dizendo que obviamente que é um caminho ainda longo que temos que percorrer. ---------Famalicão é um concelho muito industrial e obviamente sendo um grande consumidor de energia é sempre mais difícil que os concelhos que não têm indústria e com isso obviamente também não tem outras coisas como a empregabilidade que é e a riqueza ultra diversa, que também é muito importante para os territórios. Por isso, vamos continuar a trabalhar muito por forma a que a descarbonização também seja uma realidade em Famalição e mitigação das alterações climáticas também o seja aqui para nós famalicenses. --------DANIEL SAMPAIO (CDU) – O Plano Municipal de Ação Climática para Famalicão, naturalmente que estaremos de acordo, mas não quero deixar de passar aqui a oportunidade de vincarmos algumas questões que entendemos que são estruturantes para ter presente no desenvolvimento desse plano. --------O Plano Municipal de Ação Climática é muito bem-vindo, dando cumprimento à lei de bases do Clima que exigia que os municípios elaborassem este plano em 24 meses depois da publicação da lei, ou seja, a lei foi publicada em 2021 (aqui já há um ligeiro atraso).

Apesar dos dados importantes que fazem parte deste documento, colocamos dúvidas
sobre os métodos e as medidas que vão ser realmente implementadas
Duvidamos quando se autoriza o abate de mais de 300 sobreiros no Monte de Santa
Catarina para a instalação de uma central fotovoltaica e, depois do mal feito e contestação
das populações e associações, se apresenta um projeto de mitigação que em nada combina
com a proteção e conservação da Natureza, e as imperativas medidas que deveriam ser
aplicadas para a conservação da proteção da Biodiversidade
Duvidamos quando o rio Pelhe, que em toda a sua extensão se encontra dentro do
Município de Vila Nova de Famalicão, continua poluído e com constantes descargas, que
o executivo camarário continua a não poder ignorar
Já sabemos o diagnóstico, conhecemos as intenções, os projetos, pactos, planos,
municipais, intermunicipais, internacionais. Conhecemos as metas, mas também sabemos
que continuamos sem a atuação diária, o investimento e a sensibilização
Muitas vezes esquecemos que no meio de tantos chavões como sustentabilidade,
transição energética, transição digital, descarbonização, economia circular e tantos
outros, pouco ou nada se fala sobre as condições em que as pessoas vivem
Não podemos continuar a acreditar que por sabermos bem qual o caminho que
deveríamos estar a percorrer ou sabermos de cor e salteado os conceitos, se seremos
capazes de transformar os comportamentos de um dia para o outro
Não podemos acreditar que numa sociedade que nos convida ao consumo e à recusa
constante de se combater a obsolescência programada, proposta apresentada pelo PCP e
sempre recusada pelo PSD, CDS e IL, se seremos capazes de equilibrar a exploração dos
recursos naturais
Para V. N. de Famalicão queremos um real desenvolvimento sustentável, queremos
que o concelho seia capaz de lidar com cada vez mais visíveis mudancas do clima, mas

para isso é preciso uma real mudança nas políticas, um investimento sério na despoluição,
na criação de corredores verdes, na criação de condições para as pessoas optarem pela
pedonização em segurança e, sobretudo, por um investimento sério nos transportes, a
preços acessíveis e que cubra todo o território
O investimento da mobilidade suave (criação de ciclovias, compra de bicicletas) não
pode estar dependente das receitas dos estacionamentos de automóveis a combustão,
porque o futuro não depende da dependência do automóvel individual
Também temos dúvidas na gratuitidade do estacionamento para carros elétricos porque
o município vai continuar dependente da impermeabilização de solos para a criação de
parques ou lugares de estacionamento e de todos os constrangimentos que conhecemos
dos automóveis a combustão
Destas mudanças sociais tão urgentes não se fala. Para darmos qualidade de vida a
todos precisamos que se garantam direitos: o direito à habitação, à mobilidade e a salários
dignos
Não precisamos que digam nos relatórios que as pessoas continuam resistentes à
mudança de comportamentos no uso de transportes ou bicicletas, porque, sejamos
sinceros, essas condições estão ainda criadas?
Quem vive em Famalicão pode optar por estas deslocações suaves no seu dia-a-dia?
Tal como a limitação em zonas da cidade de automóveis operados a combustíveis
fosseis mas todas as pessoas têm condições financeiras para comprar os automóveis
elétricos? Não vamos continuar a castigar as pessoas, quando as mesmas deveriam estar
a ser envolvidas?
Muito fica por dizer, mas terminamos com a certeza de que este ou o próximo executivo
terá de ficar responsabilizado por apresentar anualmente a esta assembleia a evolução
destas medidas e por isso o futuro é amanhã. Vamos esperar que ele aconteça

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – Eu gostava antes de mais dizer duas coisas. Primeiro, Senhor Presidente de Câmara, que nós vamos votar naturalmente a favor deste Relatório de Ação Climática e depois dizer-vos, como já disse em ocasiões anteriores, que este assunto das alterações climáticas não é um exclusivo deste ou daquele partido, desta ou daquela organização, é sim uma preocupação de todos. E, portanto, este esforço multidimensional para mitigar estas visíveis e notórias alterações climáticas tem que ser --- A neutralidade carbónica até 2050 é um objetivo, exigindo ações em diversas áreas como energias renováveis, eficiência energética, mobilidade sustentável e adaptação a riscos climáticos. --------Os autarcas, e neste caso estamos a falar do autarca de Famalição, relativamente ao Plano Municipal da Ação Climática deverão fazer uma caracterização da região, incluindo um inventário que reflita as respetivas emissões e principais vulnerabilidades. Com base na situação, deverão as autoridades locais estabelecer o nível de ambição a curto e longo prazo, em matéria de ação climática, alinhados com a política nacional, e definir as medidas específicas, concretas em matérias de mitigação e adaptação, que os objetivos e métodos estabelecidos possam ser atingidos. --------Portanto, existem dois planos: a mitigação das alterações climáticas - corresponde a uma ação humana para reduzir as fontes e aumentar os sumidouros de gases com efeito estufa;--------E outro plano - que são a adaptação às alterações climáticas que é no âmbito... em consonância com o RN 2050 identificam-se as seguintes e principais drivers de descarbonização para cada um dos setores relevantes: energia, transportes, indústria, edifícios, agricultura, florestas e outros usos do solo, resíduos, águas residuais e fiscalidade, financiamento e transição junta, bem como as principais variáveis associadas.

Na adaptação, a prevenção de incêndios rurais - e no ano passado tivemos esse exemplo
-, intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais;
Implementação de técnicas de conservação e melhoria de fertilidade do solo;
Implementação de boas práticas de gestão de água, na agricultura, na indústria e no
sector urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez;
Também o aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos de
alterações climáticas;
Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e o aumento da
temperatura máxima;
Prevenção da instalação e expansão de espécies invasoras de doenças transmissíveis
por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais;
Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações.
Tivemos por acaso curiosidade em verificar qual era o nível de qualidade do ar em Vila
Nova de Famalicão
Há um índice que se chama AQUI – Índice de Qualidade do Ar. Na segunda-feira,
portanto, até 50 é considerado uma qualidade razoável. A partir de 50 já não é razoável,
já é mau. Portanto, na segunda-feira tivemos 40 nesta escala que era razoável. Na terça-
feira tivemos 49 e hoje, na quarta-feira, talvez por causa do fluxo de mais gente, mais
carros e da feira, tivemos 51, que já é considerado mau. Portanto, são medidas, são
situações que temos que nos preocupar. Isto é um assunto de todos, não é deste ou daquele
partido, como referi anteriormente
A questão da água é uma questão premente;
A questão dos consumos de energia;
A questão do uso de painéis solares nos edifícios já devia estar há muito tempo já
regularizada e concretizada. E, portanto, é uma série de questões que eu estou em crer

que muito em breve falaremos aqui novamente porque é uma questão importante para todos nós e para o Município de Famalicão em particular. --------RICARDO VALE (PS) – Lamentavelmente tem zero minutos e zero segundos para responder, porque habitualmente colabora com esta Assembleia e tem a gentileza, na medida do possível, responder às nossas questões. --------O Partido Socialista votará favoravelmente a aprovação do Plano Municipal de Ação Climática. É uma área que o PS muito acarinha e não é de agora. E uma das questões que eu gostava de ver respondido a reboque deste tema é: Qual o ponto de situação das contrapartidas da empresa que instalou os painéis fotovoltaicos no monte de Santa Catarina? Havia um conjunto de contrapartidas e eu gostava de saber qual o ponto de situação dessas contrapartidas.--------Gostava também de dizer uma coisa ao Senhor Deputado do CHEGA, mas ele não está cá e, portanto, não vai ter oportunidade de me ouvir dizer que afinal há um CHEGA A e um CHEGA B, um CHEGA 1 e um CHEGA 2, porque quem ouviu o Senhor Deputado aqui neste palanque intervir sobre este tema, assumiria, pelas palavras dele, que o CHEGA tem uma posição muito estruturada, muito consolidada nesta matéria de defesa do ambiente. Mas a verdade é que a nível nacional essas posições não se verificam de forma tão paralela com o que acabou de ser dito aqui, nomeadamente, e fico por este exemplo, votaram contra um instrumento legal fundamental que a lei de bases do clima e é público e reconhecido toda a intervenção muito cética dos dirigentes nacionais do CHEGA sobre este tema que, em certa medida, não é coerente com o que aqui foi dito.----DANIELA TORRES (PSD) – Este Plano de Ação Climática é um instrumento essencial no atual contexto de emergência climática e transição energética. --------É de fácil compreensão, mesmo não dominando a área, que este plano é composto por dois eixos fundamentais: o Plano Estratégico Municipal de Adaptação às Alterações

Climáticas e o Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica, nomeadamente o Plano Estratégico Municipal de Adaptação para as Alterações Climáticas identifica os principais riscos climáticos que afetam o território, desde inundações, ondas de calor, escassez hídrica e incêndios florestais, propondo estratégias de adaptação baseados no conhecimento científico, na proteção das populações e na resiliência dos ecossistemas. --- A segunda componente, o roteiro para a neutralidade carbónica, estabelece metas e ações para a redução de emissões de gases com efeito estufa, promovendo a mobilidade sustentável, a eficiência energética, a economia circular e a transição para fontes de energia renovável. Este plano alinha-se com o objetivo nacional de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Estabelecido no roteiro nacional para a neutralidade carbónica e com o pacto ecológico europeu.--------É de realçar que Vila Nova de Famalicão destaca-se como um dos poucos municípios do país com este plano já finalizado. Numa altura em que, segundo dados recentes da Agência Portuguesa do Ambiente, menos de 20% dos municípios possuem planos climáticos completos e articulados com os objetivos nacionais. --------Esta conquista ganha ainda maior relevância, atendendo à realidade socioeconómica de Famalição. Trata-se de um município altamente industrializado, com um dos mais robustos setores exportadores do país, em particular nas áreas do têxtil, metalomecânica e agroalimentar.--------Facilmente compreendemos que a intensidade produtiva no nosso concelho, que representa uma fatia significativa do consumo energético e das emissões locais, tornou o processo diagnóstico recolha de dados e definição de metas mais complexo e demorado. ---Contudo, de destacar que este trabalho já começou há muitos anos junto das escolas, nomeadamente através dos projetos Eco-escolas e tendo como orientação as ODS, objetivos de desenvolvimento sustentável. Ainda assim, o município demonstrou um

compromisso sério, técnico e participado com esta agenda, envolvendo a comunidade local, o setor empresarial e especialistas na construção de um plano sólido e exequível.----A ação climática, para ser eficaz tem de acontecer à escala local, e Vila Nova de Famalição dá aqui um exemplo de como as autarquias podem liderar o caminho para um futuro mais sustentável, mesmo em contextos exigentes.--------------POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. --------NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO O CHEGA, POR ESTAR AUSENTE DA SALA.--------------O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO **NASCIMENTO** – Senhores Deputados, eu não sei se pretendem agrupar os pontos três e quatro. Muito bem, fazemos então a discussão dos pontos três e quatro em conjunto e a votação em separada. --------TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF DO VALE DO ESTE, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)--------QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - UCSP

RUIVÃES/LANDIM, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) ---------O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Tem a palavra o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Mendes, que substitui o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Professor Mário Passos, que teve necessidade de se ausentar.--------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Relativamente a estas duas propostas, as mesmas são de equipamentos de apostamente indispensáveis para o bem-estar e para a prestação de melhores cuidados de saúde de proximidade. E no âmbito do PRR, por hábito e por uma questão de gestão, se realizam estes mesmos empréstimos de forma a fazer frente àquilo que é a responsabilidade do município em relação à comparticipação, à complementaridade de comparticipação, visto que ambas estas obras são apoiadas pelo PRR. Julgo que as propostas são muito claras, no entanto, estarei disponível para qualquer esclarecimento adicional. --------RICARDO VALE (PS) – O Partido Socialista irá abster-se nestes dois pontos por uma questão muito simples. É um ato... somos completamente a favor do investimento, bem entendido. Isto é meramente um ato administrativo de contratação. Naturalmente são dinâmicas que não estando no poder na Câmara Municipal não dominamos e, portanto, a opção de abstenção. No entanto, não gostaríamos de deixar passar esta oportunidade para dar nota de uma ligeira mudança no discurso deste executivo camarário relativamente ao

---Havia um discurso tendencialmente crítico do PRR aquando da governação de António Costa. Esse discurso tendencionalmente crítico deixou de existir a partir do momento em que o governo central mudou. É uma pequena nota, porque as condições globalmente do PRR se mantiveram iguais e, portanto, numa lógica de coerência e racionalidade, o tom ligeiramente crítico poderia ter-se mantido. --------GERMANO ARAÚJO (PSD) – Só dar aqui uma nota que a mudança de discurso, segundo o Deputado que me antecedeu, acho que não foi deste lado da bancada, foi mais desse. Porque até agora diziam que o governo apoiou, agora já dizem é o dinheiro do PRR, já não é o dinheiro do estado nem do governo. Acho que foi essa alteração que hoje se notou aqui. Mas registámos com agrado, pelo menos agora estamos todos a falar a verdade, estamos todos a dizer que é o PRR, não é o orçamento de estado, nem o estado. ---Relativamente ao ato administrativo, acho que não há nada a dizer. Estamos a falar num empréstimo de 1 milhão de euros, numa capacidade de endividamento de 170 milhões, por isso, acho que nem é discutível num município como o nosso estar a fazer ou a contratar a possibilidade de ter 500, ir à banca buscar 1 milhão de euros para executar duas obras de uma importância que nem sequer é discutível. Por isso, terá, como é lógico, a nossa aprovação. E mais uma vez digo ao Partido Socialista, associem-se à causa, já que concordam com a obra, também concordem com o ato administrativo também vos fica bem.--------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO

MENDES – Já um pouco ultrapassado por aquilo que disse o Senhor Deputado Municipal Germano. No entanto, refiro-vos que em relação a esta matéria, continuo crítico, aliás, expressei essa ideia crítica num conselho regional do norte em que estive presente, em que, vou-me escusar de dizer os protagonistas, mas em que era mais importante referir que o break dance teria sido, naqueles tempos, teria sido elevado a categoria de desporto

olímpico do que discutir o PRR e a fraca execução do mesmo. É triste, mas foi verdade nesse dia. E quando eu, pura e simplesmente isso, eu vinha aqui para discutir quais os níveis de execução, qual o planeamento de execução do 2030, do 2025, o que é que se vai passar e olharam para mim como um extraterrestre na altura e na altura estávamos em plena euforia do governo de António Costa. Portanto, a crítica que havia a fazer era de péssima execução que existia e do planeamento de investimento feito pelo PRR que tinham... nesse momento estávamos absolutamente depauperados, estava tudo em análise e não havia sequer uma aprovação nem abertura muitas das vezes dos anúncios para que as Câmaras Municipais e outras entidades pudessem candidatar.--------JORGE COSTA (PS) - Ora bem, apenas para que fique claro para os famalicenses, a crítica que este... está gravado, está no Youtube para quem quiser ver, a crítica que este executivo camarário fazia era da insuficiência de verbas do PRR para o computo global da obra e além disso, uma crítica cerrada ao governo, porque não comparticipava aquilo que o PRR, enquanto fundo comunitário cobriria. ---------Na altura, o PS defendeu de forma clara que o PRR era uma coisa preparada, defendida por António Costa e não foi à toa que ele foi eleito por todos os europeus para o lugar onde está, precisamente porque foi o mentor, foi o mentor deste plano de resiliência. Portanto, na altura o PS lembrou isso. Mas o que é importante agora ver, é que há uma afinidade partidária entre a coligação que aqui está no executivo e a coligação que está no governo.--------No tempo de António Costa acusava-se o governo da insuficiência de verba. Agora estão satisfeitos? Não dizem: este governo de Montenegro não dá para estas duas obras aquilo que falta. Fizeram alguma coisa? De facto, o governo reconheceu, o atual governo, reconheceu algum erro de António Costa e reforçou, fosse que verba fosse? A verborreia política tem que ser denunciada e, portanto, também é momento disso. -----

---GERMANO ARAÚJO (PSD) – Senhor Deputado Jorge Costa, já estamos quase a fazer 4 anos e todos temos memória do que cada um disse, ainda mais as gravações e as atas que existem. ---------Se algum dia houve algum lamento, e vou utilizar este termo, pode ser até mal interpretado, mas se houve algum lamento da parte da bancada do PSD relativamente à questão do PRR, foi única e exclusivamente que, por vezes o dinheiro poderia ser mais, libertando assim a contribuição tão excessiva de parte do orçamento municipal.--------Penso que seria isso que o Senhor Deputado se queria referir. Agora, relativamente ao querer dizer que até agora achávamos o PRR mau e agora que mudou a cor política do governo, já achamos o PRR bom, não. Nós sempre ficamos satisfeitos com o que o PRR nos proporciona. Agora, nunca quisemos vir aqui com uma bandeira dizer que o PRR era graças à intervenção direta do governo e graças ao orçamento de Estado. Não. São dinheiros vindos dos fundos comunitários e que o nosso município está em perfeita capacidade, dada a sua autonomia financeira e a sua saúde financeira, em aproveitar ao máximo esses fundos. --------JORGE COSTA (PS) – Senhor Deputado, os seus esclarecimentos foram fantásticos ao estilo: "Se amanhã não chover, vai estar um rico dia.". ---------Eu fui claro e o PS nunca criticou ou deixou de criticar o PRR. O PS regista aqui hoje que esta mesma Câmara Municipal, esta mesma coligação criticou a insuficiência de verba no tempo do governo PS do António Costa e é incapaz de erguer a boca para dizer seja o que for estando agora a tempo de uma comparticipação, de um protocolo, de um contrato-programa, de uma negociação, seja qual for, de final, reclamar e dizer: "O governo de António Costa prejudicou-nos, o dinheiro não chegava, tivemos que meter do nosso do município. Mas, senhor Primeiro-ministro Montenegro, faça o favor de meter aqui o dinheiro que falta." ------

---Só que agora... ---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Em 22 de abril 2021, foi fechado e negociado pelo governo, por um governo chefiado pelo António Costa, mais conhecido pelo governo cimentado pela geringonça, mais conhecido pela geringonça, foi fechado quer as margens de utilização de PRR, quer a comparticipação, quer o montante final foi negociado pela União Europeia. A 16 de abril foi fechado esse dossiê com aprovação da União Europeia.--------Como é que quer que façamos uma alteração de um PRR e das condições do PRR após 4 anos de ter sido fechado? ---------Não se podem fazer! Não se podem fazer! Está fechado. Ai, ninguém falou disso?! vocês estão a dizer... na altura vocês achavam mal porque se fossemos nós tínhamos feito diferente. Seguramente. Não percebeu que se deitaram oportunidades fora? Que até se priorizaram mal os investimentos? Foi dito aqui nesta sala por muita gente. Vão-se perder oportunidades seguramente. Primeiro pela fraca execução e depois porque foi mal negociado. Mas na altura sabe o que é que havia? Um pendor ideológico absolutamente não ultrapassável. Para o poder vale tudo. Para que António Costa chegasse ao poder valeu tudo. E depois e, 2024 ele também não mexeu no PRR porque já não podia. --------DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS **DE RUIVÃES E NOVAIS)** – Estamos aqui a discutir as verbas de onde é que vem. Estamos a falar de 500 mil euros. 1 milhão no maior orçamento de sempre, são peanuts. O que é as pessoas querem saber é: Quando é que a obra vai para o terreno? Quando é que está pronta? Quando é que as ruas adjacentes a esta obra estão pronta e estão a ser utilizadas? É isto que as pessoas querem saber lá em casa. Não é estas conversas de... pronto, vale o que vale. E o que as pessoas querem saber também, e é o que me deixa aqui indignado, é como é que o PS está aqui com esta postura e não votou a favor da construção

do Centro de Saúde de Ruivães/Landim? É isto que as pessoas querem saber. Porque é que os Senhores e as Senhoras Deputadas não votaram a favor da construção do Centro de Saúde de Ruivães e Landim? É isso que vocês têm que explicar. Mas não votaram aqui na Assembleia, mas também não votaram na reunião de Câmara. O Senhor candidato à Câmara Municipal de Famalição, que anuncia que a saúde é um fator primordial e quando foi a reunião de Câmara a construção do Centro de Saúde de Ruivães/Landim não votou a favor. Registe-se. Não votou a favor!!! É isto que as pessoas têm que saber. --------JORGE COSTA (PS) – Ora bem, a desinformação é costumeira e não vamos entrar aqui num ping-pong, num ping-pong, mas é preciso perceber que a Câmara tentou, estão aí as notícias, estão os jornais, vender aos famalicenses que isto era uma obra da autarquia. ---Na altura, o PS demarcou-se dessa postura política e das propostas também com esse fundamento político. Na altura batemos por esclarecer os famalicenses que o grosso do investimento, como dizia o Senhor Presidente da Junta: "peanuts, peanuts", os peanuts, os amendoins era a Câmara que dava, porque o grosso do investimento vinha do PRR. Portanto, a Câmara não falou verdade. A Câmara não falou verdade e como não falou verdade, justificou as tomadas de posições políticas do PS.--------É obvio, é evidente que o PS defende e sempre defendeu esta obra, mas não passa cheques em branco, nem chicanas políticas à Câmara para fazer aquilo que entender com factos e distorcê-los. Não faz. Não faz. E, portanto, a nós assiste-nos o direito de não... ainda há bocado nos abstivemos, estando de acordo, estando de acordo com a solidariedade que é devida aos agentes da Coindu, não votamos favoravelmente o voto da CDU porque havia ali inverdade em tudo aquilo. Exigia-se um dirigismo económico não concebível num sistema democrático como temos aqui. Um dirigismo económico. Aqui é a mesma coisa, se a Câmara não fala verdade e continua a não falar verdade porque agora, e continua a não falar verdade, porque agora... eu não estou a pedir que cancele o

PRR. Eu estou a pedir que pela via que entender, e há múltiplas, se compense este município daquilo do dinheiro que o senhor disse que na altura não chegava e que... portanto, há múltiplas formas de estabelecer isso. Múltiplas, não há só uma, há múltiplas formas. E nessa medida, não ficam bem na fotografia quando vos defendem a realidade das coisas ao sabor do que vos apetece.--------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO **MENDES** – Parece que o PRR significa cerca de 80% ou 90% deste investimento e que a Câmara comparticipa em 10%, como é o normal nos fundos europeus, 80 20, não é? Este investimento por parte da Câmara Municipal e o esforço representa mais de 30%. Era isso que estava errado. Foi isto que esteve errado na maneira como vocês negociaram o PRR. Ponto final. Portanto, aqui fica claro. Ambos os investimentos são de cerca de um milhão e meio de euros. Meio milhão de euros vem do orçamento Municipal. Ponto final. ---JORGE COSTA (PS) - Bom, continua a falta de verdade. Se eram 30% neste momento, faça essa critica ao governo de Montenegro e peça aquilo que tem de pedir. Mas não se esqueça de outra coisa, Senhor vice-Presidente, em verdade continua porque nesses 30% estão várias obras de cariz Municipal infraestrutural que nada tem a ver com a obra em si mesmo. Nada! ---------RICARDO MESQUITA (PSD) – Ó Senhor Deputado Jorge Costa, eu acho que o Senhor às vezes quer nos fazer passar todos por, e desculpem a expressão, por burros, porque não tenho outra expressão. Peço-lhe desculpa, mas não tenho outra expressão. Nós para termos acesso ao PRR a Câmara não tem que fazer o projeto e pedir aprovação para virem os fundos para nós conseguirmos fazer? A Câmara tem de fazer trabalho. O dinheiro não chega de paraquedas e depois é investido. Outra coisa, quem é que foi que negociou o PRR? O que é que este governo tem alguma coisa a ver? ------

---Eu acho que... o Senhor Deputado chega aqui, tenta fazer uma lavagem e dizer coisas, e ainda para mais sendo advogado, a assumir que nós não sabemos nada de nada. É uma coisa inacreditável, Senhor Deputado. --------JORGE COSTA (PS) – Inacreditável é a deturpação deliberada que vossas excelências fazem das competências e lei das autarquias locais. Quem tem de fazer as estradas em Famalição, os passeios, quem é? O governo central ou a autarquia? A autarquia queixa-se por ter de fazer aquilo que tem que fazer. E produz verborreia e acusa o governo central de não ter comparticipado nos passeios, nas estradas, nas acessibilidades. Quem tem que fazer isso?--------RICARDO VALE (PS) - A minha intervenção são duas notas muito rápidas. A primeira, para dar nota a todos os Senhores Deputados e aos famalicenses, em particular aos famalicenses, relativamente ao desafio que o Deputado Germano Araújo nos deu, nos deixou para aprovarmos este ato administrativo. Esta posição é do Partido Socialista, não é por causa deste caso em concreto, é transversal, seja na Assembleia Municipal, seja na Câmara Municipal, tudo que sejam atos administrativos de gestão, o Partido Socialista, ainda que concorde substancialmente ou no limite de discorde do objeto de investimento, o ato ou os atos administrativos associados a esta aprovação serão sempre naturalmente objeto da nossa abstenção, porque não participamos na parte processual. Esta seria a primeira nota. --------A segunda nota aparece no seguimento da intervenção do Senhor Presidente de Junta, porque de facto o que importa aqui, o que importa aqui é quando o investimento começa. E eu fui fazer aqui uma pesquisa muito rápida e percebi o seguinte e aproveito para pedir este esclarecimento ao executivo. A candidatura, e estou a falar do caso concreto do UCSP de Ruivães, esta candidatura foi aprovada a 31 de maio de 2024. Estamos em junho de 2025, portanto, 13 meses depois da aprovação da... não é da submissão, é da aprovação

da candidatura a deliberar a contratação de um financiamento. E a minha questão é: Porquê este hiato de tempo de 13 meses desde que o município sabe que a candidatura foi aprovada? Entenda-se que há financiamento garantido para agora estarmos em junho a aprovar ainda o financiamento. E, portanto, se há algo que internamente e de forma administrativa um espaço temporal de 13 meses, ou se haverá outra questão que nos escapa e daí o nosso pedido de esclarecimento. --------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Relativamente a esta matéria, como deve entender, ó Senhor Deputado, é necessário a abertura de um concurso, a abertura de todos os procedimentos burocráticos que por si só e de contratação pública, aquilo que o governo de Portugal agora referiu e elegeu como das suas prioridades acelerar todos estes processos de forma que sejam menos morosos, mas que são uma realidade. Nós estamos muitas vezes atascados por muita pertinência, muito dinamismo que exista e a necessidade destes investimentos. Por vezes, e refiro-lhe que o avançar em cerca de um ano, há investimentos que, infelizmente, perduram muito mais tempo do que um ano. Julgo que é um prazo excessivo, no entanto, foi o prazo possível, seguramente, por nossa vontade já estaria seguramente construído estas duas UCSP's.--------DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF DO VALE DO ESTE, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - USF DO VALE DO ESTE, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL EUROS), NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS. ------DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - UCSP RUIVÃES/LANDIM, ATÉ AO MONTANTE DE 500.000,00€ (QUINHENTOS MIL EUROS), NOS TERMOS E

PROPOSTA.-----

PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI

N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA

---Posta à votação a proposta da câmara municipal de um empréstimo de médio e longo prazo - ucsp ruivães/landim, até ao montante de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo nos termos da respetiva proposta, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor do psd, do cds/pp, do chega, da cdu e dos senhores presidentes de junta independentes, com a abstenção do ps. ---

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO: MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS E NOVA DESIGNAÇÃO PARA PENTÁGONO URBANO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA U) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.°, DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.°, DO N.º 1, DO ARTIGO 108.° E DO N.° 3 DO ARTIGO 109.° DA LEI N.° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) --------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO **MENDES** – Apetecia-me utilizar aqui uma expressão muito breve, é tudo uma questão geométrica, mas não é. De facto, houve uma manifestação de intenção do município de Viana do Castelo se associar ao quadrilátero urbano e a designação pentágono urbano, essa de facto é uma questão geométrica, e julgo que após alguma ponderação, faz sentido que, e visto que estes cinco concelhos têm interligações quer a nível comercial, quer a nível a nível mesmo de movimento de massas entre eles. Há pessoas que trabalham e que fazem negócios e visitas e que têm famílias e que têm ligações neste rendilhado que é formado pelos cinco municípios e por esse mesmo motivo, julgo que faz sentido, e a Câmara Municipal enquanto representada também no órgão quadrilátero assentiu, a que fosse realizada esta alteração e esta transformação.--------JORGE COSTA (PS) - O PS vai votar favoravelmente esta proposta porque reconhece também a sua valia, desde logo porque esta agregação a Viana para fins específicos permite-nos comungar também por esta via com interesses que o distrito de Viana do castelo nos dá. Nós temos de saber que em perspetiva europeia há toda aquela ideia do eixo atlântico ou arco atlântico de ligar de ligar o Porto à Galiza. -----

---Eu sei que o CHEGA não gosta disto, mas nós também somos meios galegos. A mãe do Afonso Henriques era galega, Dona Teresa, e, portanto, não somos nem galegos puros, nem portugueses puros, porque houve em tempos idos esta bênção matrimonial que uniu o Conde Dom Henrique e a Dona Teresa e deram o Afonso Henriques, filho, primeiro Rei de Portugal. --------Portanto, esta participação para nos integrar nos fenómenos europeus e regionais e transnacionais, até com a partilha de interesses e de ligações à Galiza, entendemos que a Câmara esteve bem neste aspeto e, por isso, o que está bem é para reconhecer e votar favoravelmente. ---------RICARDO VALE (PS) - Eu aproveito este ponto para perguntar ao Senhor vice-Presidente se no âmbito do quadrilátero, agora pentágono, ou eventualmente nalgum outro âmbito, se existe algum tipo de discussão política sobre a eventual constituição de uma área metropolitana? Se existe ou não existe e existindo, em que modos ela está a ser feita. Pedia este esclarecimento enquanto também aproveito para dar nota que a mãe do António Costa penso que será portuguesa, eventualmente tal como a avó da Rita Matias. ---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO **MENDES** – Peço desculpa, mas eu não sou seguramente a pessoa mais indicada para lhe falar de áreas metropolitanas, concretamente relacionadas com este espaço que se entende como Minho, não é, e que engloba estes cinco municípios. Isto porquê? Porque já existiu a grande área metropolitana do Minho, não sei se recordam? Foi apoiada inclusive por fundos europeus e esses fundos europeus serviram para pagar a funcionários. O seu último presidente foi o Eng.º Mesquita Machado e pretendeu que o mesmo... eu estava nessa reunião, pretendeu que essa... ele já não era Presidente de Câmara, pretendeu que essa grande área metropolitana do Minho se mantivesse porque ainda existiam cerca de 700 mil euros. E, pronto, ia-se gastar o dinheiro. Na altura eu votei contra a prestação de

CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, DO N.º 1, DO ARTIGO 108.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 109.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE
ARTIGO 109.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO
CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, DO N.º 1, DO ARTIGO 108.º E DO N.º 3 DO
ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA U) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DA ALÍNEA
DOS ESTATUTOS E NOVA DESIGNAÇÃO PARA PENTÁGONO URBANO, AO
URBANO - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO: MODIFICAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO
POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A
área metropolitana novamente. De outra forma, teria que associar mais municípios
Para se assumir um Pentágono Urbano, seguramente não estaria em discussão a grande
Minho
muito bem representados. É desnecessário existir uma grande área Metropolitana do
mesmo motivo, eu acho que estamos se funcionar bem o Pentágono Urbano, estamos
um grupo de pressão junto da União Europeia, o Eixo Atlântico e, por tanto, por esse
também precisamente por aquilo que nos liga a esta zona europeia que se denomina como
ganhar pela proximidade e por todas estas afinidades que existem entre os concelhos, mas
inclusive bem pelo Senhor Deputado Jorge Costa por esta pelo aquilo que temos a
Portanto, eu acho que faz sentido pela interligação e por aquilo que foi referido
metropolitana do Minho.
serem prestadas. Foi por esse mesmo motivo, e nesse mesmo dia findou a grande área
anno mantadas. Esi man assa masma mativa a massa masma dia finday a ananda fina
porque eu estava a votar umas prestações de contas passado dois anos e meio das mesmas
contas e referiram-me o porquê. Porque nestas situações toda a gente vota a favor, é porque eu estava a votar umas prestações de contas passado dois anos e meio das mesmas

---SEXTO PONTO - INFORMAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE (ULS) DO MÉDIO AVE E ASSUNÇÃO DO CESPU C.R.L COMPROMISSO PLURIANUAL, CONSIDERANDO A "AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA" APROVADA POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO, AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2025. (GRELHA E)--------O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICPAL, JOÃO NASCIMENTO – Informa a Mesa os Senhores Deputados que este ponto não carece de votação. Considerando precisamente aquilo está explícito no ponto: "Autorização prévia genérica aprovada por este órgão, aquando das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025." É assim um ponto apenas de informação da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.--------O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO **MENDES** – É uma proposta simples, mas que permite e que demonstra aqui a conetividade e a mesma... e o esforço de três entidades, no caso o LS do Médio Ave, a CESPU e a Câmara Municipal, no sentido de proporcionar um serviço que é cada vez mais... reconhecidamente mais necessário às nossas populações e que dessa forma tem a possibilidade de uma forma gratuita aceder a cuidados de saúde morais. Julgo que é uma medida a plasmar para outras necessidades da nossa população. --------SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DA COOPERATIVA DE ENSINO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A TRANSMISSÃO DOS TÍTULOS DE CAPITAL DETIDOS PELO MUNICÍPIO – CORRESPONDENTES A TÍTULOS NOMINATIVOS, PELO VALOR UNITÁRIO DE 25,00€, PERFAZENDO O VALOR TOTAL DE 2.000,00€ (DOIS MIL EUROS) – A FAVOR

DA COOPERATIVA DE ENSINO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, C.R.L. TUDO
NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)
O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO
MENDES – Senhor Presidente, é apenas para referir que é uma proposta que se envolve
na formalidade do "abandono" ou da desvinculação dos órgãos executivos e que tem sido
levado a cabo pela Câmara Municipal. No caso em concreto da Cooperativa de Ensino de
Vila Nova de Famalicão de forma a que não haja constrangimentos quando assuntos de
relevância para estas instituições nos quais o município estava representado nos órgãos
executivos e que poderia constituir algum impedimento dos seus Vereadores e mesmo do
Senhor Presidente da Câmara no âmbito das suas deliberações, relativamente a apoios ou
outras medidas relacionadas com estas mesmas instituições. E por esse mesmo motivo, é
mais uma, ouras seguirão, outras já cá vieram a este órgão, mas a política do município
será por uma questão de cautela, de celeridade processual para que não existam estas
mesmas condicionantes, trazer estas propostas à Assembleia Municipal
POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A
DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DA COOPERATIVA DE ENSINO DE VILA
NOVA DE FAMALICÃO E A TRANSMISSÃO DOS TÍTULOS DE CAPITAL
DETIDOS PELO MUNICÍPIO – CORRESPONDENTES A 80 TÍTULOS
NOMINATIVOS, PELO VALOR UNITÁRIO DE 25,00€, PERFAZENDO O VALOR
TOTAL DE 2.000,00€ (DOIS MIL EUROS) – A FAVOR DA COOPERATIVA DE
ENSINO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, C.R.L, FOI A MESMA APROVADA
POR UNANIMIDADE
DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenção do público
APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS
E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três hora e cinquenta e cinco minutos
A 1.ª SECRETÁRIA
Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:
Minutas de atas referentes aos pontos dois, três, quatro, cinco e sete